

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ECONOMIA**

JULIANA DE MENDONÇA CASADEI

**VALOR SOCIAL DOS MUSEUS DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA,
EM CAMPO GRANDE/MS**

Porto Alegre

2023

JULIANA DE MENDONÇA CASADEI

**VALOR SOCIAL DOS MUSEUS DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA,
EM CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Casadei, Juliana de Mendonça

Valor social dos museus de história: um estudo de caso sobre o museu José Antônio pereira, em Campo Grande/MS / Juliana de Mendonça Casadei. -- 2023. 87 f.

Orientador: Sérgio Marley Modesto Monteiro.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Economia da cultura. 2. Economia de museus. 3. Valoração contingente. I. Monteiro, Sérgio Marley Modesto, orient. II. Título.

JULIANA DE MENDONÇA CASADEI

**VALOR SOCIAL DOS MUSEUS DE HISTÓRIA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA,
EM CAMPO GRANDE/MS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas.

Aprovada em: Porto Alegre, 07 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro – Orientador
UFRGS

Profª. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

Prof. Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
UCDB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, pelas inspirações, que desencadearam ações. Seus propósitos, meu coração devoto não questiona, apenas sente.

Aos meus familiares e amigos, especialmente meus pais e irmãos: Eloisa, Ludovico, Maria Teresa e Paolo, que compartilharam do conjunto de emoções que envolvem, de certa forma, qualquer jornada de estudos. Mas esta jornada, em especial, me foi apresentada pela professora Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho, a quem sou grata, cujo estímulo foi bastante para que me inscrevesse na seletiva de alunos da primeira turma do Mestrado Profissional em Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas da UFRGS.

Sobre essa turma posso dizer que foi uma alegria conhecer tantas pessoas, dos mais diferentes lugares do Brasil, com as mais distintas experiências e muito a dividir.

Se meu conhecimento se ampliou? Certamente que sim. E só foi possível em razão da generosa partilha de todos os professores do curso, a quem agradeço em nome do Coordenador Prof. Marcelo Milan e da nossa dedicada tutora, Me. Débora Wobeto, que tão bem nos conduziu por estes caminhos.

Necessário fazer um agradecimento especial ao professor Dr. Sérgio Marley Modesto Monteiro, responsável pelo impossível: tornar as disciplinas de Métodos Quantitativos e Análise Estatística para Trabalhos Aplicados divertidas e agradáveis a um grupo de distintas formações, quase todas bem distantes da Economia. Orientando-me na pesquisa final do curso, tornou também esta etapa assertiva e exitosa.

Não poderia deixar de agradecer à economista Catiana Sabadin, que me incentivou a transformar os trabalhos de um programa de requalificação urbana em um laboratório vivo de pesquisa e extensão. E, conseqüentemente, às minhas colegas: Grazielle Machado, Luciana Mecchi e Rosane Nunes, que somaram a esse coro.

Mas no fim, a jornada, que se inicia com tantas vozes, se predestina a terminar com uma quase solitária missão: a escrita da dissertação. E, ao concluí-la agora, tenho a certeza de que a fiz no intento – e com o mais sincero desejo – de que seja útil à concepção de um futuro programa de desenvolvimento territorial sustentável em Campo Grande, que leve em consideração a importância e o valor do patrimônio cultural para seu povo.

Um pequeno legado ao, quase também solitário, Museu José Antônio Pereira, que insiste em resistir ao tempo.

“Acho que o quintal onde a gente brincou é maior do que a cidade. A gente só descobre isso depois de grande. A gente descobre que o tamanho das coisas há de ser medido pela intimidade que temos com as coisas. Há de ser como acontece com o amor. Assim, as pedrinhas do nosso quintal são sempre maiores do que as outras pedras do mundo. Justo pelo motivo da intimidade.”

Manoel de Barros

(Memórias inventadas: As Infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta, 2010)

RESUMO

A cultura é um fator essencial para o desenvolvimento e os museus são importantes bens culturais, desempenhando um papel relevante para difusão do patrimônio cultural, além de promover uma gama de efeitos sociais e econômicos. Em economia dos museus, esses bens são vistos tanto como uma unidade econômica individual, que pode gerar receitas, quanto um elemento que produz efeitos multiplicadores na economia em geral. As avaliações dos museus são benéficas, e, em muitos casos, o seu desempenho é costumeiramente medido pelo número de visitantes, métrica que não satisfaz a compreensão completa dos seus benefícios socioeconômicos. A literatura tem discutido sobre metodologias para mensurar o valor desses bens, capaz de considerar seu uso, não uso e as externalidades. Contudo, são bens que não possuem um mercado definido, com relações de consumo estabelecidas na teoria econômica neoclássica, carecendo de estudos que possam amparar os debates sobre as formas de financiamento. Uma maneira viável de estimar o impacto econômico de um bem cultural é o Método da Valoração Contingente, que torna possível atribuir um valor social ao conjunto de efeitos positivos e negativos de um determinado objeto de análise, a partir da lógica da relação custo-benefício. Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi avaliar o valor social atribuído ao Museu José Antônio Pereira, relevante sítio histórico de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a partir da valoração contingente. Para tanto, o objeto da investigação foi contextualizado nos fundamentos teóricos da economia da cultura; caracterizado em seu contexto; e valorados a disposição a pagar. Os resultados obtidos determinaram uma disposição a pagar média para este museu, segundo a inquirição da amostra, equivalente a R\$ 21,42, e um valor total estimado para o Museu José Antônio Pereira de R\$ 16.050.314,57. A pesquisa evidenciou que o bem cultural estudado tem uma importância significativa para a identidade e memória da população local.

Palavras-chave: Economia da cultura. Economia de museus. Valoração contingente.

ABSTRACT

Culture is an important factor for development and museums are essential cultural assets, playing an important role in increasing cultural heritage, in addition to promoting a range of social and economic effects. In the museum economy, these assets are seen both as an individual economic unit, which can generate income, and as an element that produces multiplier effects in the economy in general. Museum evaluations are beneficial, and in many cases their performance is customarily measured by visitor numbers, a measure that does not satisfy a full understanding of their socio-economic benefits. The literature has discussed methodologies to measure the value of these goods, capable of considering their use, non-use and externalities. However, these goods do not have a defined market, with consumption relations established in neoclassical economic theory, lack studies that can support debates on forms of financing. A viable way of estimating the economic impact of a cultural event is the Contingent Valuation Method, which makes it possible to assign a social value to the set of positive and negative effects of a given object of analysis, based on the logic of the cost-benefit ratio. In this sense, the objective of this research was to evaluate the social value attributed to the José Antônio Pereira Museum, a relevant historical place in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, based on contingent valuation. Therefore, the object of the investigation was contextualized in the theoretical foundations of the economy of culture; characterized in its context; and valued at willingness to pay. The results obtained determined an average willingness to pay for this museum, according to the sample survey, equivalent to R\$ 21,42, and a total estimated value for the José Antônio Pereira Museum of R\$ 16.050.314,57. The research showed that the studied cultural asset has a significant importance for the identity and memory of the local population.

Keywords: Economy of culture. Economy of museums. Contingent valuation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Relação entre a variação compensatória e equivalente e a disponibilidade a pagar (DAP) e a aceitar (DAA).....	17
Figura 1 – Vista geral do Museu José Antônio Pereira.....	31
Figura 2 – Alguns dos artefatos existentes no Museu José Antônio Pereira.....	32
Figura 3 – Modelo construtivo do Museu José Antônio Pereira.....	33
Figura 4 – Consulta ao Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.....	37
Figura 5 – Visitação do Museu José Antônio Pereira (2016-2022).....	39
Figura 6 – Localização da área de estudo: Campo Grande, Mato Grosso do Sul.....	43
Figura 7 – Estruturação do questionário.....	47
Figura 8 – Perfil socioeconômico dos respondentes: sexo, idade e escolaridade.....	50
Figura 9 – Perfil socioeconômico dos respondentes: ocupação e renda familiar.....	51
Figura 10 – Perfil de consumo cultural dos respondentes.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística descritiva: síntese	50
Tabela 2 - Disposição a pagar em função do sexo	53
Tabela 3 - Disposição a pagar em função da ocupação	54
Tabela 4 - Disposição a pagar em função do nível de escolaridade	54
Tabela 5 - Disposição a pagar em função da idade	54
Tabela 6 – Disposição a pagar em função da renda familiar	55
Tabela 7 – Valor social do Museu José Antônio Pereira.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCA	Acervo Histórico de Campo Grande
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
DAP	Disposição a Pagar
DAR	Disposição a Receber
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCV	Método do Custo de Viagem
MVC	Método da Valoração Contingente
NOB	Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PR	preferência revelada
SECTUR	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SMIIC	Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
VAB	Valor Adicionado Bruto
VC	valor/valoração contingente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1	ECONOMIA DA CULTURA E A VALORAÇÃO CONTINGENTE	14
2.2	ECONOMIA DOS MUSEUS.....	21
2.2.1	Importância econômica dos museus	22
2.2.2	Financiamento dos museus	23
2.2.3	Avaliação dos museus	27
2.3	O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA	29
2.3.1	Importância histórica do museu	29
2.3.2	Caracterização do museu	34
3	MATERIAL E MÉTODOS	41
3.1	DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	42
3.2	POPULAÇÃO AMOSTRADA	45
3.3	SIMULAÇÃO DO MERCADO.....	45
3.4	COLETA DE DADOS	47
3.5	CONDUÇÃO DA PESQUISA.....	48
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5	CONCLUSÕES	59
	REFERÊNCIAS	62
	APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	69
	APÊNDICE B – DADOS COLETADOS	73
	APÊNDICE C – REGRESSÃO LINEAR	85
	ANEXO A – Decreto de tombamento do Museu	86
	ANEXO B – LEI DE DOAÇÃO DO MUSEU	87

1 INTRODUÇÃO

Os museus desempenham um importante papel na sociedade, seja para resguardar ou difundir o patrimônio cultural, seja para ofertar opções de lazer, promovendo impactos de ordem econômica e social. Portanto, são bens culturais relevantes, cujos benefícios são capazes de contribuir positivamente para o desenvolvimento local, nas mais diversas dimensões de desenvolvimento possíveis. Talvez por desconhecimento, boa parte desses equipamentos não possuem os recursos necessários para desempenhar qualitativamente esse papel e atingir a amplitude dos seus propósitos, reduzindo sua relevante existência a um mero “local de guardados”.

A literatura, ao longo dos anos, tem apresentado metodologias capazes de mensurar o valor desses bens e seus serviços culturais ofertados, tornando possível, a partir de então, definir ou rever políticas públicas, justificar financiamentos, conceber outros estudos e projetos, além de uma gama de possibilidades. Contudo, trata-se de um produto para o qual não se tem um mercado existente, tornando difícil a sua precificação. Nestes casos, a valoração contingente apresenta-se como um método viável, apresentando resultados confiáveis e, por conta disso, tem sido utilizado na economia da cultura.

O objetivo geral da presente pesquisa é compreender e quantificar o valor social atribuído ao Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande/MS, bem como as formas de financiamento capazes de capturar benefício econômico futuro a fim de promover manutenção e garantir recursos para melhoria. São objetivos específicos do trabalho:

- a) contextualizar o objeto da investigação na literatura referente à economia da cultura;
- b) caracterizar o museu objeto da pesquisa em seu contexto local;
- c) identificar formas de gestão e financiamento adotados; e
- d) mensurar os valores de uso e de não uso e a disposição a pagar.

Um dos aspectos que demonstram a necessidade da pesquisa diz respeito à pouca atenção que tem sido dada ao financiamento público de museus, diferentemente de outros seguimentos culturais, como as artes cênicas. A preocupação das pessoas tem se voltado muito mais para o nível de financiamento, o financiamento de instituições específicas, as políticas de aquisição com recursos do financiamento e sua composição de público, e quase pouco sobre sua lógica, uma vez que os subsídios governamentais já estão postos (DUFFY, 1992).

Outrossim, com a perspectiva de um novo programa de desenvolvimento integrado com apoio de organismos multilaterais e internacionais de fomento, após duas décadas de experiências exitosas no Município de Campo Grande, que têm prospectado melhorias urbanísticas e socioambientais para a região urbana do Anhanduizinho, onde o Museu José Antônio Pereira se insere, um olhar destacado para o valor social que este equipamento público possui se faz necessário para evidenciar o seu papel no contexto local. Assim, a caracterização do equipamento e suas necessidades latentes, a compreensão das suas formas de financiamento atuais e a captura de um benefício econômico futuro que permita promover as melhorias necessárias, não pode ser discutida sem um estudo que as revele.

O Museu José Antônio Pereira é um sítio histórico datado do final dos anos 1800, que representa o que restou do período de ocupação do território onde hoje se instala a cidade de Campo Grande. A casa feita de taipa, os móveis, objetos e artefatos, são exemplares únicos de uma época em que o povoado surgiu e fez nascer à cidade, preservando, portanto a memória e a identidade local. A história do museu se confunde com a história da cidade e seus fundadores, tendo uma importância ímpar. Contudo, o equipamento cultural não possui meios de avaliação sistemática de resultados, instrumentos de planejamento e gestão, ou outros estudos que analisem aspectos institucionais, econômicos e sociais, exceto os historiográficos, permitindo uma visão acerca de seus contributos e legados à cidade, além de propiciar uma conjuntura de sustentabilidade em longo prazo.

Nesse sentido, a valoração dos benefícios sociais de um museu pode contrapor ou justificar os valores e formas de financiamentos necessárias à sua manutenção e atividade plena. Portanto, importa compreender qual o valor social que o Museu José Antônio Pereira representa no contexto em que se insere. A hipótese aventada no desenho da presente pesquisa foi de que o benefício social proporcionado pelo museu em estudo, avaliado sobre os benefícios de consumo (identidade, educação, pesquisa e gerações futuras), tornam viável o seu financiamento.

Trata-se a presente pesquisa de uma investigação de caráter quantitativo, visando à realização de estudos de impacto econômico e valoração contingente, a partir da majoração dos valores de uso (ou de consumo) e valores de não uso de um museu localizado em Campo Grande /MS.

A dissertação resultante da presente pesquisa, além de conter elementos introdutórios e conclusivos, organiza-se sistematicamente em três partes principais: uma revisão de literatura,

uma descrição pormenorizada dos procedimentos metodológicos utilizados, e a apresentação dos resultados obtidos a partir do estudo de caso.

A revisão de literatura está estruturada em três tópicos específicos. O primeiro, aborda os aspectos principais sobre a economia da cultura nos apontamentos teóricos, considerando os conceitos e definições de valor social, valor de uso e não uso, as externalidades, as formas de valoração do patrimônio cultural e a valoração contingente. No segundo capítulo, aprofunda-se na temática referente aos museus, considerando as suas tipologias, as metodologias de avaliação e as formas de financiamento aplicadas. Por fim, um terceiro capítulo dedica-se a análise do objeto do estudo de caso, o Museu José Antônio Pereira, considerando a teoria geral dos museus.

Os resultados obtidos apontam para a valoração estimada dos benefícios sociais ocasionados pelo Museu José Antônio Pereira, além da concepção de um modelo possível de replicação para essa tipologia de museus ou situações análogas à da presente pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente, cabe destacar que a cultura é fator essencial para o desenvolvimento. Os argumentos da Unesco (1982) evidenciam que a elevação do nível cultural propicia ganhos na produtividade dos recursos econômicos, financeiros e tecnológicos, e, conseqüentemente, melhorias sociais e institucionais; além de contribuir para a compreensão de situações conflituosas, promover a aproximação dos povos e favorecer a cooperação econômica. Nessa concepção, portanto, a cultura possui um papel além de mero instrumento de desenvolvimento econômico, tendo potencial para transcender os resultados neste campo (SILVA; BRITO, 2019; SARAVIA, 1999).

2.1 ECONOMIA DA CULTURA E A VALORAÇÃO CONTINGENTE

As atividades culturais e criativas estão inseridas há muito tempo na lógica mercantil, contudo, sua aproximação dos estudos econômicos, no campo teórico, é relativamente recente, deixando evidente a necessidade do desenvolvimento de pesquisas que promovam o seu aprofundamento (SILVA; GASTAL, 2022; GUIA, 2008). Em termos conceituais, pode-se dizer que a área de estudos abarcada pela economia da cultura tem se consolidado há mais tempo, especialmente nos países desenvolvidos, enquanto a economia criativa assiste mais recentemente essa dinâmica de produção de estudos, embora ambas ainda careçam de aporte teórico-investigativo (MILAN; MÖLLER; WOBETO, 2022).

A construção do arcabouço teórico a esse respeito envolve conceitos como “indústrias culturais” até “economia criativa”, e seu amplo leque que se abre a partir da compreensão da criatividade, em suas diversas dimensões. O termo “indústria cultural” irrompeu no pós-guerra com um teor crítico ao entretenimento de massa, mas com a evolução dos entendimentos e uma interpretação mais ampla, mais recentemente, passou a ser definido como um conjunto de atividades econômicas que integram concepção, criação e produção de cultura, com funções mais industriais na fabricação e comercialização em larga escala desses produtos (UNCTAD, 2010).

Outra denominação largamente utilizada no meio acadêmico, especialmente na Europa e América Latina, é “economia da cultura” ou “economia cultural”, que são definidas pela Unctad (2010) como sendo a aplicação de análises econômicas sob a esfera das artes criativas e cênicas,

do patrimônio cultural e das indústrias culturais, independentemente se são de natureza pública ou privada. São objetos de exame a organização econômica do setor cultural e o comportamento dos produtores, consumidores e governos que atuam neste setor; que podem ser investigados a partir de uma série de abordagens distintas.

Vale lembrar que, mais recentemente, o termo “indústrias criativas” ampliou o escopo de indústria cultural para além das artes, proporcionando uma mudança na abordagem, voltando-se a potenciais atividades comerciais que, até então, não eram consideradas em termos econômicos (UNCTAD, 2010).

Outra observação a ser feita é que a economia do patrimônio acabou se consolidando como um domínio de análise autônoma dentro do campo da economia da cultura, devido algumas particularidades e elementos próprios, principalmente por tratar de bens que, via de regra, são únicos, não podem ser reproduzidos e se perpetua ao longo do tempo (HUTTER, 1997¹, *apud* BÁEZ; HERRERO, 2012).

Em uma análise de amplo espectro, o patrimônio cultural de uma cidade constitui o seu capital cultural visto como um ativo (BÁEZ; HERRERO, 2012) e sofre externalidades positivas de dois tipos, na produção e no consumo, uma vez que o bem-estar de um consumidor ou a produção de uma empresa podem ser afetados por outro agente econômico (GUIA, 2008).

As externalidades tratam das influências na curva de demanda a partir do padrão de consumo de outros indivíduos (MILAN; SILVA, 2022). Segundo Vilar (2007), as externalidades justificam as políticas de apoio à cultura, pois as razões para o apoio não se encontram fundamentalmente dentro da indústria propriamente dita, mas sim no seu exterior: nas relações com toda a economia e nos efeitos em recursos humanos na sociedade.

Os poderes públicos apoiam as indústrias da cultura, por estas representarem não só um complemento ao aparelho educacional, mas também por a cultura se assumir como uma instância de integração social e de reforço da identidade cultural. A esse título, a cultura desempenha uma função, sem paralelo, fazendo com que tudo aquilo que se lhe refere tenha uma importância muito maior do que aquela que resulta da procura estritamente económica [*sic*] que lhe é dirigida. (VILAR, 2007, p.141)

Deve-se ponderar que o consumo de bens culturais foge aos critérios de escolha do consumidor normalmente aplicáveis aos bens tradicionais, colocando em prova a teoria

¹ M. Hutter, I. Rizzo, (Eds.) Economics perspectives on cultural heritage, MacMillan Press Ltd, Basingstoke, 1997.

econômica neoclássica, em que as relações de oferta e demanda dos bens materiais influenciam na determinação dos preços (ARAÚJO JUNIOR, 2012).

Adicionalmente, os bens culturais podem ser entendidos, em sua maioria, como bens públicos² (GUIA, 2008). Bens públicos possuem duas características que os diferenciam dos bens privados: são não-excludentes em sua oferta, o que significa que o consumo do bem por um agente não impede o seu consumo por outros, e oferecem benefícios não-rivais, uma vez que o consumo por um agente não diminui a disponibilidade do benefício para outro³ (UNIDO, 2008).

A valoração econômica de bens culturais está sustentada nas mesmas bases teóricas que a valoração de bens privados, e, portanto, segundo sua função utilidade, rendimento e aos preços, que refletirão claramente o nível de custo e a desejabilidade do bem, cabendo ao consumidor demonstrar suas preferências e realizar a escolha da combinação de bens que melhor o satisfaça (GUIA, 2008; SANZ; HERRERO; BEDATE, 2003).

Contudo, por vezes são utilizados ou consumidos recursos pela população, vinculados à qualidade de vida das pessoas, cujo custo não se paga. Isso ocorre usualmente com recursos ambientais. Nam; Park e Shin (2015) tratam disso considerando a bela e gratuita visão noturna da Ponte do Rio Han em Seul, apreciada por muitos cidadãos coreanos e turistas. Da mesma maneira, se considera a cultura. Segundo Monteiro *et al.* (2022), bens e serviços culturais produzem benefícios que elevam o bem-estar das pessoas, porém, nem sempre a sua importância é registrada. Portanto, há uma dificuldade para valorar os bens públicos, seja de caráter ambiental, recreativo ou cultural (GUIA, 2008).

Alguns autores somam a essa dificuldade, as peculiaridades de bens relacionados ao patrimônio cultural, especialmente por sua imaterialidade, associado ao valor estético ou simbólico ou, ainda, a sua representação coletiva. Esses atributos ocasionam efeitos externos positivos que dificilmente se comercializa, tornando-os não-mercantis (SANZ; HERRERO; BEDATE, 2003), pois diz respeito ao bem-estar da coletividade, como destaca Araújo Junior (2012):

² Alguns bens culturais não satisfazem plenamente as características de bens públicos, uma vez que, apesar de não existir rivalidade no consumo, o seu acesso está limitado a obtenção de quotas, ou de obtenção de bilhetes, etc., e por isso são denominados “bens de clube” (GUIA, 2008).

³ Pelas características que, por definição, possuem os bens culturais, a publicação da Organização das Nações Unidas para o desenvolvimento industrial reforça a preocupação de que os mesmos tendem a ser sub-financiados ou insuficientes, e que relegar a sua provisão ao mercado pode resultar em sub-oferta em relação ao nível socialmente desejável (UNIDO, 2008).

Nesta perspectiva, o patrimônio constitui o capital cultural (ativos culturais que originam serviços culturais) de um lugar e cujo valor é determinado a partir do que ele pode gerar em bem-estar de uma determinada coletividade, compensando o esforço da sociedade em mantê-lo, financiando a sua restauração. O patrimônio representa um estoque de valor intertemporal que enquanto capital cultural é capaz de fornecer e valorizar uma série de fluxos de serviços culturais não patrimonializados. (ARAÚJO JUNIOR, 2012, p. 19)

As questões apresentadas tornam comprometida a valoração direta desse tipo de bem, para o qual não há um mercado onde se transacionem. Por esta razão, é necessário adotar técnicas indiretas para sua valoração (GUIA, 2008), tais como a valoração contingente, que será abordada em tópico específico.

Há duas maneiras possíveis de descrever monetariamente as medidas de bem-estar social resultantes do consumo destes bens, conforme apresenta Habb e McConnell (2003)⁴ *apud* Guia (2008, p. 21), a variação compensatória e a variação equivalente, sendo que ambas avaliam “o aumento ou diminuição de rendimento que torna o agente indiferente a qualquer alteração exógena (i.e., alterações de preços, de qualidade ou mesmo na quantidade dos bens públicos)” (Quadro 1).

Quadro 1 – Relação entre a variação compensatória e equivalente e a disponibilidade a pagar (DAP) e a aceitar (DAA)

	Variação Equivalente	Variação Compensatória
Aumento na Utilidade	Disponibilidade a aceitar	Disponibilidade a pagar
Diminuição na Utilidade	Disponibilidade a pagar	Disponibilidade a aceitar

Fonte: adaptado de Habb e McConnell (2003) por Guia (2008, p.21)

O método da valoração contingente pode avaliar tanto a Disposição a Pagar (DAP), quanto à Disposição a Receber (DAR), embora com diferenças em sua obtenção. Basicamente, pode-se entender que “no caso de melhora na utilização do ativo ambiental, a DAP está ligada ao conceito de variação compensatória e, em caso contrário, ou seja, de uma perda no ativo ambiental, a DAP relaciona-se à variação equivalente e a DAR à variação compensatória” (PESSOA; RAMOS, 1998⁵, *apud* SERRA *et al.*, 2004, p.197). O Quadro 1 demonstra sistematicamente essas relações.

⁴ Habb, Timothy C.; McConnell, Kenneth E. (2003), “Valuing Environmental and Natural Resources. The Econometrics of Non-Market Valuation”, Edward Elgar.

⁵ PESSOA, R.; RAMOS, F. S. Avaliação de Ativos Ambientais: aplicação do método de avaliação contingente. *Revista Brasileira de Economia*, v. 52, n. 3, 1998.

A valoração desses bens, portanto, podem ser realizadas a partir das preferências reveladas, onde se observa diretamente o comportamento de consumo, ou das preferências declaradas, que consiste na escolha a partir de diversos cenários hipotéticos (GUIA, 2008). A autora explica que existem diferentes métodos para aferir essa valoração, exemplificando como possíveis:

- a) o Método da Valoração Contingente (MVC);
- b) a Técnica dos Preços Hedônicos; as Funções Utilidade e Equações da Procura;
- c) e o Método do Custo de Viagem (MCV).

Há estudos que comparam os resultados das estimativas do valor contingente com valores obtidos por outras técnicas. Carson *et al.* (1996) analisaram 83 estudos contendo 616 comparações entre o valor contingente (VC) e métodos de preferência revelada (PR), tais como o custo de viagem e preços hedônicos, o que permite uma análise sobre a validade e confiabilidade do método da avaliação contingente, concluindo que, em geral, os resultados obtidos por este método são ligeiramente menores que os demais⁶.

Portanto, uma avaliação econômica desses bens ou recursos culturais, que não se enquadram no mercado, pode ser feita a partir de ferramentas empíricas. Ainda que haja diferenças nos resultados obtidos, segundo o método utilizado, a valoração contingente pode ser uma alternativa viável para estimar esse valor.

De um modo geral, tem se dado destaque à compreensão do valor que os indivíduos atribuem às artes (THOMPSON *et al.*, 2002). Em que pese as particularidades abordadas anteriormente, uma maneira viável de estimar o impacto econômico de um bem cultural é a partir do Método da Valoração Contingente, que torna possível, sob a ótica da relação custo-benefício, atribuir um valor social ao conjunto de efeitos positivos e negativos de um determinado objeto de análise, tornando-os passíveis de uma análise social de custo-benefício (MONTEIRO *et al.*, 2022).

O método começou a ser largamente utilizado na economia ambiental, para avaliações econômicas de custo-benefício e de impacto ambiental, tornando-se, por exemplo, um mecanismo para mensurar valores em sítios naturais e as vantagens econômicas de se prevenir sua degradação, tornando-se possível dialogar com os custos para adoção de mecanismos protetivos (MAZADIEGO *et al.*, 2018), uma vez que os resultados se configuram diretrizes

⁶ No estudo a razão média da amostra entre VC/PR é de 0,89 (CARSON *et al.*, 1996).

confiáveis para a alocação de recursos ou para avaliar a aplicação da legislação (BÁEZ; HERRERO, 2012).

Os autores Mazadiego *et al.* (2018) relatam que as origens do método remontam à década de 1940, sendo o primeiro trabalho científico publicado em 1960. Relatam ainda certa controvérsia discutida em âmbito acadêmico, na década de 90 nos Estados Unidos, sobre a validade prática da aplicação do método, superada mais tarde por um comitê dedicado a investigá-lo, que concluiu ser o método capaz de produzir estimativas suficientemente confiáveis, em que pese os argumentos de Plaza (2010) das limitações do método para museus com certas características, passando a ser recomendado, conforme citam Santagata e Signorello (2000), por diversas organizações e agências, como o Banco Mundial, FAO, PNUMA e OCDE.

Para bens culturais ou obras de arte, as opiniões divergem também no sentido de que as técnicas talvez nunca sejam efetivamente capazes de refletir o valor cultural existente, uma vez que o bem em questão é multifacetado e não pode ser expresso em termos puramente monetários (BÁEZ; HERRERO, 2012). Perni, Barreiro-Hurlé e Martínez-Paz (2021) observam que o principal obstáculo para validar os resultados do método é que não se conhece o verdadeiro valor de mercado do bem, mas que, portanto, “um valor é melhor que nenhum valor”.

Contudo, a valoração contingente torna possível avaliar ativos que não têm mercado, ou seja, produtos ou serviços para os quais não há um mercado existente e, portanto, não se enquadram nos mecanismos clássicos de atribuição de preço. É o método mais utilizado para estimar o bem-estar nesses casos (MAZADIEGO *et al.*, 2018).

O método é utilizado em análises de custo-benefício, projetos de infraestrutura, projetos de regeneração urbana, avaliações de impacto ambiental, além de fornecer uma medida monetária para benefícios intangíveis na expressão de recursos históricos e culturais (DEL GIUDICE; DE PAOLA, 2016), conforme os diversos trabalhos identificados pelos autores. Hansen (1997) destaca a legitimação do subsídio público com base nas preferências da população, e que o conhecimento dessas preferências, segundo destaca a literatura citada por Santagata e Signorello (2000), é essencial para um bom fornecimento de bens públicos, incluindo os culturais.

A respeito da valoração contingente, Andersson *et al.* (2012) definem seu principal objetivo como sendo o de medir a contribuição ao bem-estar social em unidades monetárias, ao invés de investigar as características qualitativas dos impactos potenciais, o que já existem estudos que esgotam esse viés, e que os autores apresentaram em breve explanação. Os autores

aplicaram o método para aferir a criação de valor de um festival de música escandinava, destacando que, neste caso, os impactos inerentes aos festivais podem ser considerados como sendo intrínsecos e extrínsecos, e produzem efeitos de caráter individual e social.

De um modo geral, os conceitos de valor de uso e de não uso têm sido debatidos em âmbito da economia cultural e ambiental, e consideram que os eventos culturais causam externalidades positivas e negativas pelo simples acontecer, que nem sempre são contabilizadas nas avaliações financeiras tradicionais (ANDERSSON *et al.*, 2012). Os autores enfatizam que a literatura considera as problemáticas da metodologia, especialmente por ser de natureza hipotética, mas que se há ciência das suas limitações e potencialidades, ela pode ser útil na compreensão e dimensionamento dos valores agregados aos custos e benefícios intangíveis.

No MVC, o valor econômico total dos bens ou recursos que não possuem um mercado é considerado tanto para estimar o valor de uso, ou seja, os benefícios proporcionados ao usuário das instalações, serviços ou recursos não comerciais, quanto o de não uso, relacionado à satisfação pela preservação ou uma avaliação abstrata dos recursos (NAM; PARK; SHIN, 2015).

Os valores de não uso podem ser tipificados como: valor de opção, valor de existência e valor de legado. Segundo autores citados por Nam; Park e Shin (2015), de maneira resumida, o valor de opção diz respeito a um valor de uso futuro; o valor de existência indica benefícios futuros a um indivíduo por meio de sua crença na continuidade de sua existência; e, por fim, o valor do legado está relacionado ao conceito de assumir a responsabilidade de preservar o recurso para as gerações vindouras.

Importante mencionar que o MVC é o único método capaz de estimar tanto os valores de uso quanto de não uso (valor de opção, valor de legado, valor de existência) de um bem (KRISTOM, 1990⁷ *apud* DEL GIUDICE; DE PAOLA, 2016; HANSEN, 1997). Outras técnicas de preferência reveladas, como o custo de viagem ou preço hedônico só captam valores de uso (MOTTA, 1997).

Sobre os procedimentos de avaliação do patrimônio cultural, Frey (1997) apresenta os estudos sobre “Disposição a Pagar” e a “Valoração Contingente”. O primeiro, é uma maneira bem estabelecida de avaliar bens não comercializados, contudo, cujos pressupostos essenciais para aplicação, em muitos casos, são limitantes para sua escolha, o que faz com que a maioria dos

⁷ Kristom, B., (1990), A non-parametric approach to the estimation of welfare measure in discrete response valuation studies. *Land Economics*, 66 (2): 135-139.

economistas recorram ao segundo caso, utilizando-se de pesquisas por amostragens para obter a disposição a pagar por objetos ou projetos.

A respeito da aplicação da valoração contingente nas artes, especialmente no patrimônio cultural, Frey (1997) menciona, além das vantagens de utilização desses estudos, alguns problemas em sua aplicação. Destacamos, por exemplo, que o método de valoração contingente não inclui um algoritmo de otimização, de modo que o objeto histórico é apresentado aos respondentes do modo como está, como se a oferta já fosse eficiente, não cabendo nenhuma melhoria possível. Outros pesquisadores também mencionam possível viés⁸, riscos ou erros nos dados coletados, principalmente pelo contexto *ex ante* estabelecido, o que pode influenciar as preferências individuais dos entrevistados (DEL GIUDICE; DE PAOLA, 2016; BÁEZ; HERRERO, 2012).

Além disso, os estudos de valoração contingente pressupõem que as preferências dos consumidores sejam atendidas, mas os estudiosos em economia da cultura fornecem evidências do contrário: os diretores de teatros e museus, ou responsáveis pelos sítios históricos, seguem suas próprias preferências, afastando-se dos desejos da população, relevantes nos estudos de disposição a pagar. Deste modo, os estudos de valoração contingente não consideram muito do conhecimento acumulado na economia da cultura.

2.2 ECONOMIA DOS MUSEUS

Os museus são bens culturais que possuem características específicas. Além de suas funcionalidades, produzem efeitos sobre a economia e, por este motivo, devem ser analisados também nestes aspectos. Sendo assim, a teoria afeta à economia da cultura e aos métodos de avaliação dos bens e serviços culturais precisa ser compreendida à luz das especificidades dos museus, como se verá adiante.

⁸ Motta (1997) mencionou a existência de pelo menos dez tipos de vieses, que podem afetar a confiabilidade da pesquisa ou servir de base para o desenho do questionário e da amostra, visando minimizá-los. São eles: viés estratégico; viés hipotético; problema da parte-todo; viés da informação; viés do entrevistador e do entrevistado; viés do instrumento (ou veículo) de pagamento; viés do ponto inicial (ou ancoramento); viés da obediência ou caridade; viés da subaditividade; viés da sequência de agregação.

2.2.1 Importância econômica dos museus

O conceito de patrimônio cultural foi tecido em momentos históricos distintos (CAMPOS, 2017), experimentando uma releitura nas últimas décadas em razão das complexas mudanças das relações sociais, em um contexto de globalização, multiculturalismo e pluriculturalismo (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2018; CARVAJAL, 2016). O aumento de estudos, debates e publicações acerca de temas relacionados ao patrimônio cultural, além do crescente número de museus e reconhecimento de bens, desde centros históricos, paisagens, costumes e tradições, dentre outros, demonstra o quão evidente está o assunto contemporaneamente (CARVAJAL, 2016).

Os museus cumprem com a função social de conservar e difundir bens tangíveis ou intangíveis, e assim, promover a valorização do patrimônio cultural de um povo. Ao mesmo tempo, desempenham um importante papel nas atividades de lazer das pessoas, além de se constituir atrativos turísticos relevantes (FREY, 2019). Portanto, caracterizam-se como bens culturais que produzem impactos econômicos e sociais, diretos e indiretos, à sociedade (ALBERNAZ; BORGES; PASSOS, 2017; IBRAM, 2014).

A funcionalidade dos museus está vinculada essencialmente à preservação da memória e à exposição e divulgação de aspectos culturais. Contudo, há efeitos produzidos por esses equipamentos que incidem sobre um conjunto social mais amplo, que extrapola as visitas e exposições (ALBERNAZ; BORGES; PASSOS, 2017). Para os autores, os museus fazem parte do sistema de produção e difusão cultural de uma determinada região, e por este motivo, ainda que não protagonizem, são essenciais “no processo de formação e educação da sociedade, contribuindo para o aumento da coesão social da afirmação da cidadania e das identidades sociais” (ALBERNAZ; BORGES; PASSOS, 2017, p. 162).

No campo econômico, são tidos como bens públicos, cujo consumo individual não suprime o consumo da coletividade (IBRAM, 2014), e, por englobar um conjunto de recursos compartilhados, de uso não exclusivo e de interesse de todos, pode ser entendido como um bem comum (FEENY *et al.*, 1990; OSTROM, 1990).

A literatura sobre economia dos museus compreende esses bens em duas diferentes óticas: em primeiro plano, os consideram como uma unidade econômica a prestar determinados serviços e obter receitas, havendo, portanto, uma relação de entradas e saídas bem definida; e, em segundo

plano, são tidos como um elemento que produz efeitos na economia em geral, seja pela geração de empregos, seja pelo valor adicionado em outros setores (FREY; MEIER, 2003).

Segundo Maddison e Foster (2003), existe uma literatura consistente que analisa os museus sob uma perspectiva econômica, conferindo-lhes a lógica de uma empresa que produz um tipo incomum de produto e com mão de obra especializada, além das próprias exposições como insumos.

A implantação de um equipamento cultural público em uma determinada região gera um fluxo financeiro direto para o território, que incentiva, além de outros aspectos, os níveis de atividade econômica e criatividade local (IBRAM, 2014), contribuindo para o desenvolvimento territorial sustentável.

Contudo, ainda que os museus produzam efeitos multiplicadores, gerando valor monetário para outros atores econômicos, especialmente aqueles afetos ao turismo e à gastronomia, receitas comerciais e empregos adicionais, e que são passíveis de mensuração, Frey (2019) alerta que é arriscado tecer uma visão limitada às questões puramente materiais, enquanto que os valores sociais produzidos pelos museus os superam, pois, embora também o faça, sua finalidade não é exatamente estimular a economia.

2.2.2 Financiamento dos museus

A questão dos financiamentos tem sido uma das mais importantes indagações nas discussões tecidas em âmbito da economia dos museus, especialmente sobre as vantagens e desvantagens de uma política de cobrança de ingressos ou o financiamento público (PRIETO-RODRÍGUEZ; FERNÁNDEZ-BLANCO, 2006; MADDISON; FOSTER, 2003). Todavia, as discussões da literatura expressam a preocupação social e política crescente a respeito do tema.

Para as atividades culturais de um modo geral, Saravia (1999) explica que o financiamento se dá principalmente por intermédio do apoio governamental⁹, por financiamentos do setor privado (mecenato, patrocínio, fundações e organizações empresariais), pelas indústrias culturais, pelos produtores culturais, pelo público ou a cultura autogerida.

⁹ Neste caso, o autor detalha que o apoio é canalizado através de: transferências orçamentárias; fundos especiais institucionalizados; ação dos bancos oficiais; ação de outras instituições públicas não-culturais; isenções ou deduções tributárias; e domínio público pagante.

No caso dos museus, as fontes de financiamento diferem consideravelmente entre os vários tipos de museus, e vão desde as subvenções públicas, à dependência exclusiva de recursos privados, tais como doações, patrocínios e receitas geradas por ingressos, lojas e restaurantes (FREY, 2019).

Além do apoio público (federal, estadual e local), o apoio privado é aquele obtido a partir de fundações, empresas e apoio individual. A diversidade de propósitos torna difícil caracterizar essa área específica de suporte. Contudo, as corporações normalmente preferem a visibilidade dos museus maiores, enquanto as fundações e os indivíduos podem seguir uma agenda diferente (HUGHES; LUKSETICH, 1999).

Segundo Pál (2019), em uma básica e abrangente definição, a contribuição corporativa surge quando uma empresa ou investidor estabelece um vínculo com um evento externo, com a esperança de impactar o público através da aliança. A autora apresenta formas possíveis de doação: a filantropia corporativa, a filantropia exercida por corporações, o patrocínio corporativo e as parcerias criativas.

Os últimos anos trouxeram mudanças na lógica de financiamento dos museus até então consolidada, voltando-se para a utilização das fundações como forma de constituição jurídica mais ativa para gerir e captar recursos. Essas mudanças, embora recorrente em museus contemporâneos, também tem recaído sobre museus tradicionais, de propriedade e administração do Estado, que passam a adotar a criação de instituições complementares para o financiamento de algumas de suas atividades, tais como educação, restauro, manutenção ou aquisição de coleção (SANZ; HERRERO; BEDATE, 2003).

Contudo, pouca atenção que tem sido dada ao financiamento público de museus, diferentemente de outros seguimentos culturais, como as artes cênicas. A preocupação das pessoas tem se voltado muito mais para o nível de financiamento, o financiamento de instituições específicas, as políticas de aquisição com recursos do financiamento e sua composição de público, e quase pouco sobre sua lógica, uma vez que os subsídios governamentais já estão postos e pouco se questiona a respeito da sua lógica (DUFFY, 1992).

A justificativa para o financiamento público, segundo Duffy (1992), constitui-se no alicerce para análises de políticas subsequentes e relacionadas ao tema. Isto significa que as discussões a respeito da viabilidade em longo prazo desses espaços, os incrementos de atividades e atrativos, melhorias nas estruturas físicas ou de gestão, ou ainda, a garantia das condições

mínimas de operação e manutenção desses locais, além de qualquer outra arguição que possa compreender a sugestão de melhorias ou adaptações do status quo, tendem a não avançar sem a compreensão dessa lógica basilar. Especialmente quando se considera que a qualidade do museu, independente da tipologia, tem efeitos importantes na demanda, conforme estudos de Luksetich e Partridge (1997).

Compreender a forma como os museus se financiam são importantes elementos. Os estudos de Klamer, Petrova e Mignosa (2007) ressaltam que há uma característica econômica peculiar da cultura: a forma como um bem cultural é financiado importará em seu funcionamento. Portanto, é importante saber se as atividades são financiadas por meio de subsídios governamentais, acordos de mercados ou organizações sem fins lucrativos; condições que exercem influência sobre a organização das instituições, além de afetar a valorização dos bens culturais.

Nos museus considerados puramente públicos, tais como o do estudo de caso, o governo atribui-lhes fundos para cobrir as despesas consideradas necessárias ao cumprimento das suas tarefas; não vendem nenhuma obra de arte de sua coleção; estão pouco interessados no número de visitantes em si, mas dependem dele em longo prazo; além de conferir pouca atenção às comodidades aos visitantes e à lucratividade das lojas, restaurantes e cafeterias dos museus (FREY, 2019), quando as possui. Saravia (1999) destaca que, apesar dos riscos envolvidos, o apoio financeiro do Estado é imprescindível.

Há diversos estudos que associam o elevado dinamismo no setor cultural como impulsionador do desenvolvimento econômico e social. Silva e Brito (2019), após análise de vasta literatura internacional, ressaltam na indústria cultural sua capacidade desencadeadora de desenvolvimento em outros setores, por seu potencial de gerar empregos e renda, transbordando para outras atividades econômicas. Em sua revisão, os autores encontram evidências da relação entre o consumo e fruição de bens e serviços culturais e os consequentes resultados socioeconômicos, como em educação, saúde e desenvolvimento econômico.

Especificamente para museus, Duffy (1992) afirma que a justificativa para o financiamento público desses equipamentos culturais não é muito discutida pelos economistas e o público em geral e, raramente, voltada sobre a lógica do financiamento público. Contudo, não há consenso a respeito da justificativa no caso dos museus, assim como existe para as artes cênicas; tal raciocínio não foi estabelecido, ou pelo menos não de forma razoável.

O autor, sequencialmente, discute três argumentos muito utilizados, mas pouco convincentes: demanda de opções, estrutura de custos e mérito; e avança sobre dois tipos de benefícios coletivos: consumidor e produtor; discute sobre as externalidades da produção; e, por fim, quatro outros benefícios de consumo, que são elencados como a principal razão para os subsídios e a assistência governamental: identidade e prestígio nacional, educação, pesquisa e gerações futuras (DUFFY, 1992).

Por sua vez, Martin (1994) entende que a justificativa de um subsídio se assenta no valor social do museu que consiste no seu valor de uso, no seu valor de não uso e nas suas externalidades, que podem ser tanto positivas quanto negativas.

A demanda social, conforme exposto por Frey (2019), implica na produção de valores sociais de não uso, ou seja, benefícios que não podem ser capturados como receita, tais como: opções, existência, legado, prestígio e educação. Contudo, também produzem externalidades negativas, cujos custos não são suportados, tais como: congestionamento e ruídos. Os benefícios e custos de não-uso podem ser medidos empiricamente, de três maneiras: a partir de pesquisas representativas de visitantes e não-visitantes de um museu (aplicação de questionários para captar a disposição a pagar pelos vários valores sociais produzidos por um museu); por intermédio do comportamento revelado dos indivíduos, seja pela estimativa do aumento dos valores dos imóveis em cidades que possuem museus (as pessoas estão dispostas a pagar mais para morar em um local com museu), ou pela variação compensatória dos salários (as pessoas estão dispostas a receber menor remuneração em um local que possui um museu); e analisar o resultado de referendos populares sobre gastos com museus.

Um aspecto importante a ser considerado é que os recursos financeiros dispendidos para os museus se configuram na maior restrição aos museus. No caso das instituições públicas brasileiras, quase 80% dos museus não possuem um orçamento próprio, conforme diagnóstico sobre a gestão e o financiamento dos museus brasileiros do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2020). A questão é abordada por Bina (2011):

Por muitos anos, os museus brasileiros dependeram integralmente de suas instituições mantenedoras, privadas ou públicas, para custeio das despesas básicas, bem como para patrocínio de suas atividades museológicas. Entretanto, enquanto as instituições particulares experimentavam favorável dotação orçamentária, por estarem ligadas a empresas de vasto capital econômico (Bourdieu, 2007), as públicas não podiam prescindir do apoio governamental que, geralmente, era e é escasso para realização dessas ações.

Outra questão é a considerada por Do Carmo (2016), em que a ausência de recursos pode comprometer ou inviabilizar as atividades e a própria instituição:

Museus são organizações híbridas também. Mesmo que um museu desenvolva bem suas ‘atividades culturais’ (as normativas, ideológicas, estéticas ou artísticas) como exposições, publicações, debates ou programas educacionais, a falta de atenção às ‘atividades de apoio’ (as utilitaristas, econômicas, gerenciais ou práticas) podem gerar problemas como falta de cuidado com o prédio, ausência de recursos financeiros ou insatisfação dos empregados, que fatalmente resultarão em problemas organizacionais, podendo até levar ao fechamento da instituição (CARMO, 2016, p.214).

Portanto, o cenário apresentado na literatura reforça a necessidade de aprofundar as pesquisas a respeito da compreensão dos valores socioeconômicos dessas importantes instituições. Nesse sentido, conforme já adiantado, as pesquisas de Andersson *et al.* (2012), com festivais de música, e a abordagem de Frey (1997), voltada a elementos do patrimônio cultural, denota-se que avaliações de valor social dos bens culturais são, além de factíveis, instrumentos importantes para o planejamento e gestão cultural em diversas dimensões.

Os autores Motta e Ortiz (2013) aplicam o método de valoração contingente seguindo as recomendações e procedimentos estimativos consagrados na literatura para tecer uma análise sobre o custo-benefício do Museu da Imagem e do Som, no Rio de Janeiro.

De outro Norte, Martin (1994) estimou o valor adequado dos subsídios para museus em Montreal, baseado na soberania do consumidor expressa pelas receitas líquidas em dinheiro do museu, o excedente do consumidor, as externalidades positivas e a disposição para pagar impostos. O trabalho mediu essas fontes de valor pelo custo de viagem e métodos de valoração contingente e por cálculos especiais de externalidades.

2.2.3 Avaliação dos museus

Para Do Carmo (2016), as avaliações são benéficas aos museus, pois se materializam em instrumentos que conectam as intenções aos resultados, verificando se as realizações alinham-se aos objetivos pretendidos ou se é necessário correções e melhorias, contribuindo para que os

gestores possam manter os museus operacionalmente sustentáveis em longo prazo e, conseqüentemente, tornar possível as atividades culturais desenvolvidas.

Báez e Herrero (2012) consideram importante estabelecer técnicas e realizar análises empíricas neste sentido, por dois motivos: tanto conferir uma ideia das preferências individuais e coletivas em relação aos bens e serviços culturais, quanto oferecer subsídios para avaliar a política cultural e a viabilidade de projetos. Os autores complementam que esses estudos justificam a busca por financiamento para a preservação do patrimônio cultural, ou definir os papéis institucionais para administrar tal tarefa.

Em termos gerais, o desempenho dos museus tende a ser avaliado pela contagem do número de visitantes (FREY, 2019; DO CARMO, 2016), contudo, essa aferição não pode ser unicamente capaz de satisfazer a compreensão dos benefícios socioeconômicos desses equipamentos públicos.

Algumas avaliações sobre museus têm sido realizadas a partir da aplicação do Método da Valoração Contingente. É o caso do trabalho de Sanz; Herrero e Bedate (2003), acerca do Museu Nacional de Escultura de Valladolid, uma cidade da Espanha. O museu, importante tanto pelo seu acervo, quanto pelo lugar que se insere, é um elemento cultural e turístico essencial da cidade, além de um símbolo da identidade local. Os autores estimaram o valor econômico por intermédio da DAP.

Nesse contexto, o método de valoração contingente pode ser de grande utilidade. Serve como uma ferramenta de estimativa para obter informações úteis sobre os valores máximos que podem ser pagos como doações, entendendo-se que essa avaliação inclui tanto o valor atribuído pelos usuários diretos do bem (valor de uso direto) quanto o valor estimado para usuários potenciais (valor de uso passivo). Em suma, o método de valoração contingente pode ser uma abordagem útil para uma valoração econômica de recursos históricos e especialmente de museus como bens culturalmente limitados (SANZ; HERRERO; BEDATE, 2003, tradução nossa).

Os estudos de Santagata e Signorello (2000) aplicaram a valoração contingente para as investigações sobre um museu em Nápoles, com a pretensão de medir os benefícios da provisão do bem público aos residentes locais, combinando com outras análises para explorar algumas alternativas de política cultural. Para os autores, o método é útil em questões relevantes, em termos de política¹⁰, especialmente:

¹⁰ Além da finalidade citada, Santagata e Signorello (2000) complementam que, nesse mesmo sentido, a valoração contingente pode ser aplicada para fins judiciais, como para avaliar danos em desastres, como também para avaliar a maneira como os governos alocam os gastos públicos com referência às preferências fiscais individuais.

Primeiro, a valoração contingente pode ser aplicado para medir valores econômicos a serem usados na análise de custo-benefício de projetos públicos. A seleção de programas de investimento, quando se trata de publicidade, é mais eficiente se o valor total (valores de uso e valores de uso passivo do projeto) puder ser estimado (SANTAGATA; SIGNORELLO, 2000, tradução nossa).

Extrapolando a esfera dos museus, os métodos de valoração podem ser instrumentos valiosos para projetar políticas de restauração do patrimônio cultural. Os autores Báez e Herrero (2012), ao tratar do caso do conjunto histórico de Valdivia, um dos principais espaços culturais do Chile, assim o fizeram, considerando a valoração contingente para estimar os benefícios esperados do patrimônio para os residentes locais e turistas, associada a uma análise de custo-benefício, a partir desses resultados, para avaliar um projeto de restauração do conjunto histórico por meio de uma fundação sem fins lucrativos.

Em outro estudo, Del Giudice e De Paola (2016) determinaram o valor econômico total de um bem em ruínas, a Fortaleza Rovigliano, na Itália, e de Hansen (1997) a respeito do Teatro Royal, em Copenhague, seguindo os mesmos princípios da economia do bem-estar.

2.3 O MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA

A compreensão do valor social de um bem cultural implica no conhecimento deste bem, das suas características intrínsecas e extrínsecas, além dos serviços que oferece. Portanto, este capítulo tem a pretensão de caracterizar o objeto de estudo, um sítio histórico datado do final de 1800, convertido em um museu de pequeno porte por sua singularidade enquanto testemunha ocular do processo de ocupação do território, preservando as edificações e modos de vida da época, além de promover a memória do fundador da cidade.

2.3.1 Importância histórica do museu

Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o Museu José Antônio Pereira, que guarda o nome do fundador da cidade, representa a memória histórica do Município, desde sua fundação ao desenvolvimento regional ocasionado com a vinda de migrantes de Minas Gerais para os campos de vacaria localizados na região centro-oeste brasileiro. Sede da antiga Fazenda Bálsamo,

e edificado aproximadamente no ano de 1880, o museu é tombado como patrimônio histórico por intermédio do Decreto Municipal nº 4934, de 20 de abril de 1983 (Anexo I) e considerado um elemento importante para a identidade local e importante instrumento de educação, além de outros aspectos.

Pode-se dizer que a história de Campo Grande nasce a partir da história de José Antônio Pereira, e o Museu, por sua vez, registra essa fusão homem-lugar. José Antônio Pereira nasceu na cidade mineira de Barbacena, em 1825, e, após casar-se passou a viver em Monte Alegre, onde assistiu o nascimento de seus filhos e irromper do desejo de prover terras para a prole. Soldados, que lutaram na guerra do Paraguai, trouxeram às Minas Gerais a notícia da existência dos Campos de Vacaria¹¹, ao sul da Província de Mato Grosso (OLIVEIRA *et al.*, 2007), dando início ao sonho que se materializaria em 1872, com a chegada ao novo local.

A notícia da existência de extensas áreas de terras devolutas fez José Antônio Pereira organizar comitiva que viajou para o local, pela primeira vez, em 1872. Houve duas outras viagens, em 1875 e 1878, para enfim, se estabelecerem por completo. Nessas comitivas eram trazidas as provisões, tais como sementes e mudas de árvores frutíferas, gado de cria, animais de monta e carros de boi, plantas medicinais, etc. (CASTILHO; MITIDIERO, 2011).

Dos muitos encontros que a história nos apresenta, um deles é a escolha para firmar o então Arraial de Santo Antônio do Campo Grande: no encontro das águas. Assim, em pleno sertão, no local onde o Córrego Prosa e o Córrego Segredo se unem, dá-se início ao Rio Anhanduí, ao vilarejo que se tornaria cidade, e, a história de um povo que continua corrente em seu curso tal como as águas em seu leito.

O Arraial se tornaria distrito do Município de Nioaque em 1889; vila em 1899, com a denominação de Campo Grande; cidade em 1918; e capital do Estado do Mato Grosso do Sul, com a divisão do então Mato Grosso uno, em 1977 (CASTILHO; MITIDIERO, 2011).

¹¹ Campos de Vacaria, ou Campos de Erê, no indígena, é uma região conhecida pela paisagem aberta de relevo bem suave, típica de savana. Diferentemente dos campos no sul do Brasil, onde se predominam de maneira quase que uniforme uma vegetação gramínea ou herbácea, as vacarias do sul do então Mato Grosso não são contínuas, constituindo-se em área relativamente plana e encoberta por vegetação arbóreo-arbustiva, típicas de cerrado e matas de galeria. Os limites do Município de Campo Grande, de grande extensão, se alongam no sentido sul e sudeste, porção pertencendo a esta região, avizinhandose aos Municípios de Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul, próximos à Rio Brilhante, destacando-se os Rios Pardo, Anhanduí, Vacaria e Brilhante. A origem do nome advém das incursões dos portugueses pela região, que associaram a presença de rebanhos silvestres, de gados vacuns, além de animais cavaleares. Propício para a criação de gado, as notícias da região atraíram os mineiros no final do século XIX (BRAZIL, 2009; DOURADO, 2015).

O Museu é um sítio histórico do que restou das décadas da ocupação do território. A Fazenda Bálsamo, localizada onde hoje é o Bairro Centenário, na Região Urbana do Anhanduizinho, marca mais um encontro: o Córrego Bálsamo com o Córrego Lageado.

O Museu relembra a sede de fazenda, coexistindo os modos de viver e trabalhar de uma época (

Figura 1). A coleção permanente do museu, composta de objetos, artefatos, imagens e iconografias, remetem à fundação da cidade e, conseqüentemente à colonização e povoamento da região (ZARBATO, 2021).

Figura 1 – Vista geral do Museu José Antônio Pereira



Fonte: registros fotográficos feitos pela autora.

Nota: casa principal (A), escultura (B), árvores centenárias (C)

A exposição de artefatos como o estribo, carro de boi, arreio/sela, a moenda do engenho de cana-de-açúcar, o pilão e o monjolo (Figura 2), etc., registram a lida do campo; além de outros

objetos que revelam o cotidiano no local: a máquina de escrever, um ferro de passar roupa, sinos, lâmparas, máquina de costura, a roca, o tear, um penico, a tralha de cozinha e todos os móveis rústicos que mobilham os cômodos da antiga casa (OLIVEIRA *et al.*, 2007).

Figura 2 – Alguns dos artefatos existentes no Museu José Antônio Pereira



Fonte: registros fotográficos feitos pela autora.
Nota: carro de boi (A), monjolo (B) e tear (C)

As paredes, erguidas aproximadamente em 1880, relatam uma maneira de construir da época (Figura 3): o pau a pique ou taipa de sopapo, feita com o barro, edificam o museu (OLIVEIRA *et al.*, 2007). Por sua arquitetura, a edificação do museu torna-se única na cidade, além da mais antiga, e reforça a importância de sua preservação e fruição para a sociedade (ARGUELHO, 2022).

Ali também se reúne objetos pessoais dos seus antigos moradores: artigos religiosos, especialmente os devocionais ao Santo Antônio, bustos, pinturas e fotografias do fundador e seus

familiares, além do paletó, a indumentária que definia o status do seu dono, e uma faixa de amarrar na cintura, vestimenta cuja influência é paraguaia (OLIVEIRA *et al.*, 2007).

Figura 3 – Modelo construtivo do Museu José Antônio Pereira



Fonte: registros fotográficos feitos pela autora.

Nota: paredes de taipa (A), vista externa (B), detalhe do telhado (C) e do piso (D)

Logo na entrada, a imagem dos descendentes do fundador foi esculpida em bloco de arenito vermelho pelo artista José Carlos da Silva, o Índio, na década de 1980, em comemoração ao centenário de construção da casa principal. A escultura representa uma cena familiar, estando sentados em um banco às sombras das bocaiuvas: o filho do fundador, Antônio Luiz Pereira, sua esposa, Anna Luiza Souza Pereira, e Carlinda, uma dentre os dez filhos do casal (ARGUELHO, 2022).

Em janeiro de 1900, entre a austeridade e a doçura, aquele senhor de longa barba branca e cabelos encanecidos, sem visão, quase sozinho, em recolhimento há mais de uma década, morreu (OLIVEIRA *et al.*, 2007; CASTILHO; MITIDIERO, 2011).

Pelo que se têm registros, houve uma reforma e restauro no local em 1999, possibilitando a visitação pública a partir de então, além de alguns reparos em anos vindouros, com a perspectiva (e necessidade) de uma nova restauração recente, conforme noticiado nos meios de

comunicação locais (TORRES, 2019). A placa afixada no museu, após a reforma realizada pela Prefeitura e concluída em agosto de 1999, apresenta os seguintes dizeres:

Há homens que constroem a História.

Campo Grande é a saga do mineiro José Antônio Pereira e dos pioneiros que no final do século XIX, semeavam o futuro desta terra.

A Fazenda Bálsamo documenta a evolução da cidade. O conjunto arquitetônico e ambiental que um dia foi a Fazenda Bálsamo com suas plantações, engenho, etc., ora recuperado e com suas marcas do tempo, constitui registro indelével e marca o início da cidade, o seu modo de vida, a técnica, o “habitar”. Foi palco de acontecimentos sociais e refúgio de líderes políticos na revolução de 1.930.

A fazenda que pertenceu a Antônio Luiz, um dos filhos do fundador, foi doada ao município em 1.966¹² por Carlinda Contar, neta de José Antônio Pereira. Hoje transformada no Museu José Antônio Pereira e testemunho de vida dos primeiros moradores. [...]

2.3.2 Caracterização do museu

Segundo Saravia (1999), exige-se uma atuação estatal fortalecida para a implantação da política cultural, devendo minimamente ser considerados os seguintes aspectos: a restauração e a preservação do patrimônio cultural; o fornecimento da infraestrutura indispensável para a manifestação cultural; o fomento à formação artística e de recursos humanos para a cultura; a difusão dos bens culturais; a criação e manutenção de um clima de liberdade democrática, para que todo o anterior seja possível. Neste contexto, busca-se caracterizar o museu objeto de estudo, suas limitações, bem como as oportunidades de melhoria e potencialidades.

A administração do Museu e gestão do espaço é integralmente do Município de Campo Grande, estando sob a incumbência da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECTUR, conforme as competências atribuídas pela Lei n. 5.793, de 3 de janeiro de 2017. Em seu artigo 23, a lei lista de forma rasa as atribuições da Secretaria, das quais destacamos a seguir:

Art. 23. À Secretaria Municipal de Cultura e Turismo compete:

I – a formulação das diretrizes de promoção das políticas públicas para a cultura e o turismo e a identificação, captação, seleção e divulgação de oportunidades de investimentos para esses segmentos no Município;

II – o planejamento e a coordenação da execução de atividades que visem o desenvolvimento cultural e artístico e a preservação e revitalização do patrimônio histórico do Município;

¹² Ver Anexo B: lei do doação da Fazenda Bálsamo.

- III – a implementação das medidas formais e de gestão previstas no Plano Nacional de Cultura, de que trata a Lei Federal n. 12.343, de 2 de dezembro de 2010, e a formulação, coordenação, controle, execução e atualização de disposições do Plano Municipal de Cultura;
- IV – o planejamento, a avaliação e a coordenação da execução de projetos, eventos e atividades de incentivo e promoção de atividades culturais e turísticas no Município;
- V – o incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais e artísticas em suas manifestações populares, apoiando sua promoção e produção, distinguindo os valores regionais;
- VI – o fomento e a assistência técnica à instalação de empreendimentos que visem a valorização do potencial cultural, turístico e do ecoturismo, bem como a proposição de estratégias para a implementação dessas atividades no Município;
- VII – o planejamento e a coordenação das ações voltadas à captação de recursos para financiamento de projetos relativos ao desenvolvimento turístico e cultural no Município, junto a organismos nacionais e internacionais;
- VIII – a formulação e a realização de pesquisas junto às fontes primárias e secundárias para o levantamento de informações e procedimentos normativos voltados para o desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e turísticas;
- IX – a implantação e a manutenção de sistema de divulgação turístico-cultural do Município, mediante o estabelecimento de estratégias de comunicação e promoção de eventos, projetos e demais manifestação ligadas à cultura, às artes e ao turismo;
- X – a organização de calendários de eventos de interesse cultural, artístico e turístico a serem realizados no Município, bem como a elaboração de material informativo para promoção e divulgação a empreendedores, órgãos e entidades e ao público em geral;
- XI – a manutenção de postos para prestação das informações para divulgação dos atrativos turísticos e culturais e serviços do Município;
- XII – a gestão dos fundos municipais que recebem recursos destinados ao desenvolvimento das atividades de incentivo e promoção da cultura e do turismo no Município. (CAMPO GRANDE, 2017, p.6)

Do texto legal, pode-se compreender que a administração do Museu em estudo, bem como o desenvolvimento das atividades afins e correlatadas ao seu funcionamento, enquadra-se na execução de atividades mencionadas no inciso II, associado ao inciso III, posto que o mesmo faz menção à Lei Federal n. 12.343/2010 que, por sua vez, apresenta como um dos objetivos do Plano Nacional de Cultura a promoção do direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções.

Em análise à estrutura básica da SECTUR, definida pelo Decreto Municipal n. 13.060, de 17 de janeiro de 2017, dentre os órgãos que fazem parte da secretaria, verifica-se que existe uma Gerência de Patrimônio Cultural que se subdivide nas seguintes divisões: Divisão de Patrimônio Cultural e Natural; Divisão Documental, Museológica e da Memória; Divisão de Culturas Étnicas e Folclore; e Divisão de Literatura, responsável pelos Serviços de Bibliotecas e Salas de Literatura.

Os normativos não mencionam na estrutura oficial da Secretaria os museus e outros espaços de cultura, exceto as bibliotecas e salas de leitura, embora tampouco as mesmas sejam

listadas nominalmente. O fato de não estar tão bem definido na estrutura administrativa do Município implica em não consolidar sua identidade, ou mesmo reforçar suas necessidades, além de uma perda de autonomia no gerenciamento, tais como a definição de quadros de pessoal, especializado e suficiente e na quantidade necessária para o atendimento de todas as demandas.

No sítio eletrônico oficial da Secretaria (CAMPO GRANDE, s.d.), não foram identificadas informações expressas sobre o Museu, ao menos nos primeiros níveis de navegação do *menu*, dificultando aos cidadãos localizar informações a respeito do respectivo espaço cultural, ou mesmo facilitar a sua divulgação. O mesmo dilema se verifica para outros importantes espaços culturais, como o Acervo Histórico de Campo Grande (ARCA), arquivo responsável por reunir importante acervo da história do Município, que chega a possuir um sítio eletrônico próprio (CAMPO GRANDE, s.d.), porém desconectado do sítio principal da secretaria.

Contudo, o Museu figura entre a lista de bens relacionados em “Monumentos e Locais” e em “Bens Tombados”, ambos na aba “Cultura” do menu principal, e em bens relacionados em “Turismo Histórico Cultural”, na aba “Turismo”. Em “Monumentos e Locais” é possível acessar uma página interna do sítio com breve texto descritivo do museu, o qual menciona, em observação final, que “O Museu José Antônio Pereira faz parte do Patrimônio de Campo Grande, sendo uma unidade administrativa da Gerência de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo” (CAMPO GRANDE, s.d.).

Em consulta ao Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), cujas informações encontram-se disponibilizada em um sítio eletrônico (CAMPO GRANDE, s.d.), quando procurado por “Tipo”, selecionando-se “Museus”, a pesquisa por espaços culturais não resulta em nenhum bem listado (

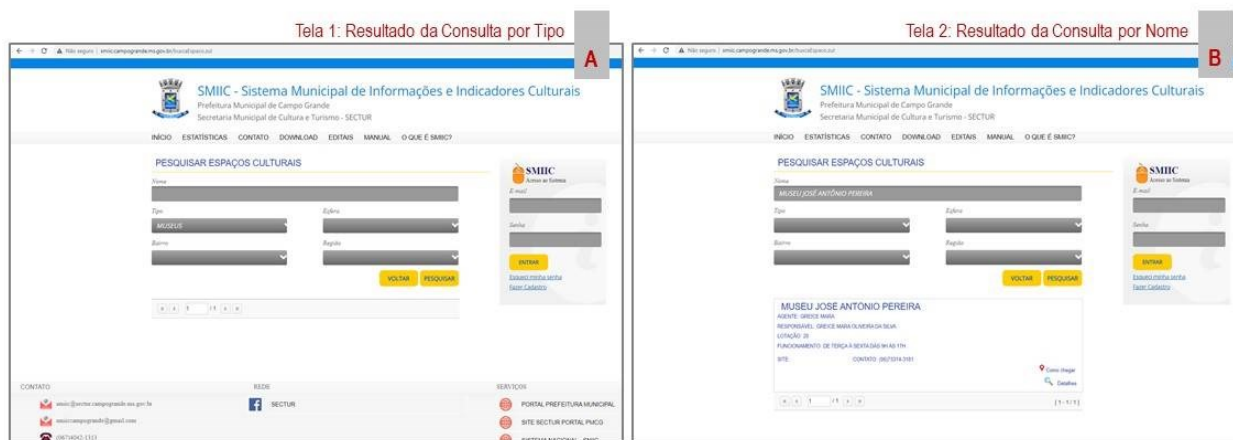
Figura 4 A). Se, por sua vez, a consulta por realizada por “Nome”, identificando-se expressamente o nome (ou parte do nome) do museu, o bem passa a figurar nos resultados (

Figura 4 B).

Essa informação é importante, pois demonstra que os dados sobre o bem cultural só poderão ser acessados por aqueles que de algum modo já o conhecem e buscam informações precisas para alguma pesquisa específica e bem delimitada. Ao cidadão que procura conhecer

pelos bem cadastrados no SMIIC, na tipologia museu, a pesquisa não obterá resultados. Por fim, na opção de consulta para obter “Estatísticas”, no momento que realizamos a pesquisa, não havia possibilidade de consulta para nenhum espaço, agente ou evento cultural.

Figura 4 – Consulta ao Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais



Fonte: Campo Grande, [2022].

A visitação ao Museu é livre, desde que respeitado o horário de funcionamento. No local, são disponibilizados funcionários dos quadros da Prefeitura para orientar a visita e fornecer informações sobre o espaço, além de sua gestão, limpeza e manutenção das áreas externas. Não há cobrança de ingressos pela visita ou coleta voluntária de doações para manter o museu.

Importante registrar que o Museu não possui um espaço específico ou infraestrutura necessária para exposições temporárias, constituindo-se tão somente das edificações e da coleção permanentemente exposta.

Não existe no local alguma loja de artesanato local ou *souvenir*, ou mesmo a produção de alguma lembrança que retrate o espaço cultural em específico. Também não há na sede do Museu uma cafeteria, lanchonete ou restaurante, o que dificulta a permanência no atrativo. As limitações à permanência no local não são supridas pelo seu entorno, visto que também não há opções nas proximidades¹³.

¹³ Embora o Museu se localize relativamente próximo ao Corredor Gastronômico, Turístico e Cultural da Rua da Divisão, o mesmo não possui muitas opções gastronomia, em sua maioria são de funcionamento noturno, distinto do horário de atendimento do Museu, e concentra-se no trecho da via que percorre a Vila Parati, portanto relativamente distante do Museu.

A análise da infraestrutura disponível também implica na forma e no conteúdo do museu. Pertinente considerar que os museus não são apenas um depositário do patrimônio, mas “constituem também um produto cultural em si mesmos, pois a forma como disponibilizam as suas obras pode também ser considerada, em certos casos, como uma criação cultural específica capaz de atrair visitantes” (SANZ; HERRERO; BEDATE, 2003).

A infraestrutura e a programação têm sido cuidadosamente repensadas por muitos museus, na perspectiva de melhoria da qualidade e do alcance de seus propósitos socioculturais, conforme destaca Bina (2011):

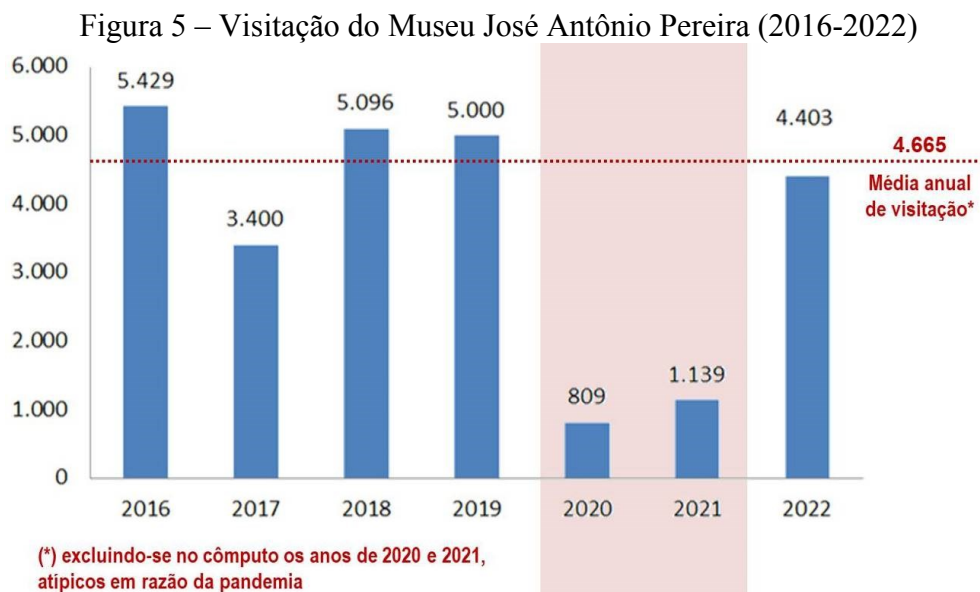
Assim, um número considerável de museus brasileiros oferece aos visitantes espaços conservados, modernos e bem equipados, com opções culturais variadas de entretenimento e lazer que os convidem a permanecer por mais tempo nos espaços internos e externos do museu. Esse público adquire conhecimento, informação e educação, além de gerar receitas. Houve, portanto, um significativo crescimento quantitativo e qualitativo da programação educativa e cultural, aproximando os museus das comunidades em que estão inseridos, contribuindo para o seu dinamismo e esta interação resulta no desenvolvimento social e aumento do público visitante. (BINA, 2011)

No caso em estudo, apesar de não existir uma programação de exposições temporárias, complementarmente, pôde-se verificar uma iniciativa de introduzir a realização de eventos técnicos e culturais no espaço, visando ampliar seus usos. Em maio de 2022, foi realizada a “Oficina de Conservação e Preservação do Patrimônio Cultural” com o restaurador Antônio Sarasá, promovido pela Fundação de Cultura de MS como parte da programação da 20ª Semana Nacional de Museus (GOMES, 2022); no mesmo mês, o “1º Sarau Entardecer no Museu” (BREDA, 2022), parte desta programação; e, em julho do mesmo ano, o “1º Arraiá do Sinhô Zé Antonho Pereira” (TORRES, 2022).

Além disso, o museu possui uma ampla área externa, que basicamente constitui-se de um gramado ao sol, ou espaços totalmente sombreados por árvores centenárias, plantadas na época da fundação da cidade e ocupação da Fazenda Bálsamo. Esses espaços, além das áreas internas, segundo relatório da SECTUR, também são utilizados pela população local, sendo “livre para piquenique e roda de tereré¹⁴ em grupos familiares e amigos” (SECTUR, 2022).

¹⁴ “O **tereré** (ou tererê) é uma **bebida típica da região** de Mato Grosso do Sul, de origem guarani, feita com a infusão da erva-mate. É consumida com água ou sucos gelados acrescido de hortelã, limão, entre outros. Foi da invasão européia por castelhanos e portugueses que se originou o tereré. [...] O recipiente usado para servir o tereré é a guampa que é fabricada com parte de um chifre de bovino, sendo que uma das extremidades é lacrada com

O controle da visitação é feito a partir de um livro de assinaturas, na entrada da casa, sede do museu. Segundo dados relatados pela SECTUR (2022), em que apresenta a síntese das atividades entre os anos de 2016 a 2022, houve um total de 25.276 visitantes ao longo dos 7 anos (Figura 5), o que significa uma média de 388 visitantes ao mês – descartando-se os anos de 2020 e 2021, impactados pela pandemia¹⁵.



Fonte: Adaptado de Campo Grande (2022)

Segundo dados de conceituadas publicações internacionais, apresentadas por Letelier (2021), 90% dos museus no mundo, o que representa um contingente de 85 mil, fecharam seus espaços durante a pandemia, sendo que destes, 13% não seriam reabertos. Em muitos casos os esforços foram destinados às medidas de contenção, aos protocolos de reabertura e a presença digital, o que, neste último caso, aconteceu de forma desigual nos países, limitando-se a uma

madeira ou couro de boi, e o seu exterior revestido por verniz. Pode-se também usar copos de alumínio, vidro, plástico, ou canecas de louça. Para filtrar a infusão do tereré, de modo que não se absorva o pó da erva triturada utiliza-se a bomba que normalmente são feitas de alumínio para que não seja alterado o sabor da infusão. Pode-se ter tanto na bomba como na guampa adereços com figuras de símbolos da família, iniciais de nome ou pedras preciosas. O tereré é tradicionalmente bebido numa roda, denominada **roda de tereré**, de grupos de amigos onde a guampa é passada de mão em mão e todos vão bebendo desta guampa enquanto conversam.” (FRANÇA; SILVEIRA, 2009, p. 3, grifo nosso).

¹⁵ Os anos de 2020 e 2021 foram atípicos em razão da pandemia de Covid-19. Em 2020, só houve visitação em janeiro a 15 de março e de 03 de novembro a 09 de dezembro, permanecendo fechado ao público nos demais períodos por força de Decreto Municipal. No ano seguinte, mesmo com a reabertura do museu, o horário de atendimento ao público foi reduzido, visando atender as normas de biossegurança. O cenário apresentado representou uma redução no número de visitantes na ordem de 83% em 2020 e 76% em 2021, em relação à média dos anos anteriores e de 2022.

pequena parcela das instituições. Os números dão conta de perdas de receita e demissões, afetando principalmente museus brasileiros e de outros países em desenvolvimento, pelas limitações na superação do quadro.

Outra questão importante de se destacar é que não existe um orçamento específico para a gestão e manutenção do Museu José Antônio Pereira ou mesmo para o desenvolvimento de atividades permanentes no local. Os recursos distribuídos na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município, destinados à cultura, perfazem um total de 0,66% do orçamento total, e são destinados a rubricas de caráter mais generalista, como “patrimônio histórico e cultural do Município” ou “Administração da Sectar”¹⁶. Dessa maneira, subjetivamente o Museu disputa recursos com os demais equipamentos de cultura e projetos culturais, dentro da universalidade da própria pasta responsável pela cultura e turismo – a Sectar.

Existe a previsão na LOA de alguns projetos específicos, como a “identificação, catalogação e higienização do acervo do Museu José Antônio Pereira”¹⁷ e uma emenda parlamentar de R\$ 200.000,00 para reforma do museu¹⁸, para os quais, porém, não se sabe se há recursos disponíveis ou apenas a previsão orçamentária.

O cenário não é muito diferente das demais instituições museológicas brasileiras, amargando os mais diversos desafios, especialmente quanto à sustentabilidade financeira, tal como abordado por Albernaz, Borges e Passos (2017).

Portanto, todas as questões aqui apresentadas demonstram dois pontos essenciais para o entendimento do objeto desta pesquisa: a relevância do museu para a preservação da memória e da identidade locais, e as dificuldades enfrentadas para prover os serviços e manter esse relevante bem público cultural.

¹⁶ Conforme Lei n. 6.981, de 29 de dezembro de 2022: estima a receita e fixa a despesa do Município de Campo Grande para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

¹⁷ Este item se refere a uma das ações previstas no Programa de Promoção e Incentivo à Cultura de Campo Grande, especificamente ao objetivo “proteger e promover o patrimônio artístico e cultural valorizando as culturas indígenas e o patrimônio cultural afro-brasileiro, e a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira”.

¹⁸ Trata-se da Emenda Parlamentar nº. 65, anexa à Lei nº. 6.981/22, de proposição do Vereador Carlos Augusto Borges, o Carlão, com o seguinte teor: “Reformar o Museu José Antônio Pereira, tombado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS por sua importância cultural para a cidade, localizado na Avenida Guaicurus, no Bairro Jardim Monte Alegre”. Não há informações na LDO sobre a existência prévia de um projeto de reforma.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa é de caráter quantitativo, pois buscou atribuir uma valoração a um bem, patrimônio cultural de Campo Grande/MS. A investigação desenvolveu-se a partir da realização de um estudo de caso acerca de um museu deste Município. O estudo de caso é uma investigação sobre algo em específico, geralmente fenômenos sociais complexos em que não se podem manipular comportamentos, porém que possibilita tecer generalizações, a partir da associação lógica e da argumentação fundamentada (YIN, 2005).

Para mensurar o valor social do Museu, objeto de estudo, utilizou-se o Método da Valoração Contingente (MVC), cujos procedimentos envolvem a realização de pesquisa entre potenciais consumidores do bem ou serviço. Em uma estimativa direta, com aplicação de questionários, perguntou-se a uma amostra da população em quanto ela valoriza esse bem. Segundo Mazadiego *et al.* (2018), a aplicação de questionários simula um mercado hipotético, sendo a oferta apresentada nas questões e a demanda personificada pelo respondente.

A pesquisa foi organizada, portanto, considerando as cinco fases estruturadas por Mazadiego *et al.* (2018), que incluem, nesta ordem:

- a) delimitação da área de estudo;
- b) seleção da população relevante;
- c) simulação de mercado;
- d) estruturação do questionário; e
- e) realização da pesquisa.

O conjunto de dados coletados a partir de questionários, contendo tanto variáveis quantitativas como qualitativas, foram tratados considerando as técnicas de econometria, conforme Monteiro (2022), enquanto a aplicação do método à pesquisa para valoração econômica do museu seguiu os passos adotados por Fernandes, Bem e Waismann (2020).

Durante a realização da pesquisa, em 2022, foram realizadas duas visitas ao local: uma em 07 de julho e outra em 19 de agosto. Na primeira, foi possível presenciar a visitação por um grupo de alunos e professores do Curso de Turismo da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS. Na segunda, acompanhamos uma visita da Missão de Supervisão de especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Prefeitura Municipal.

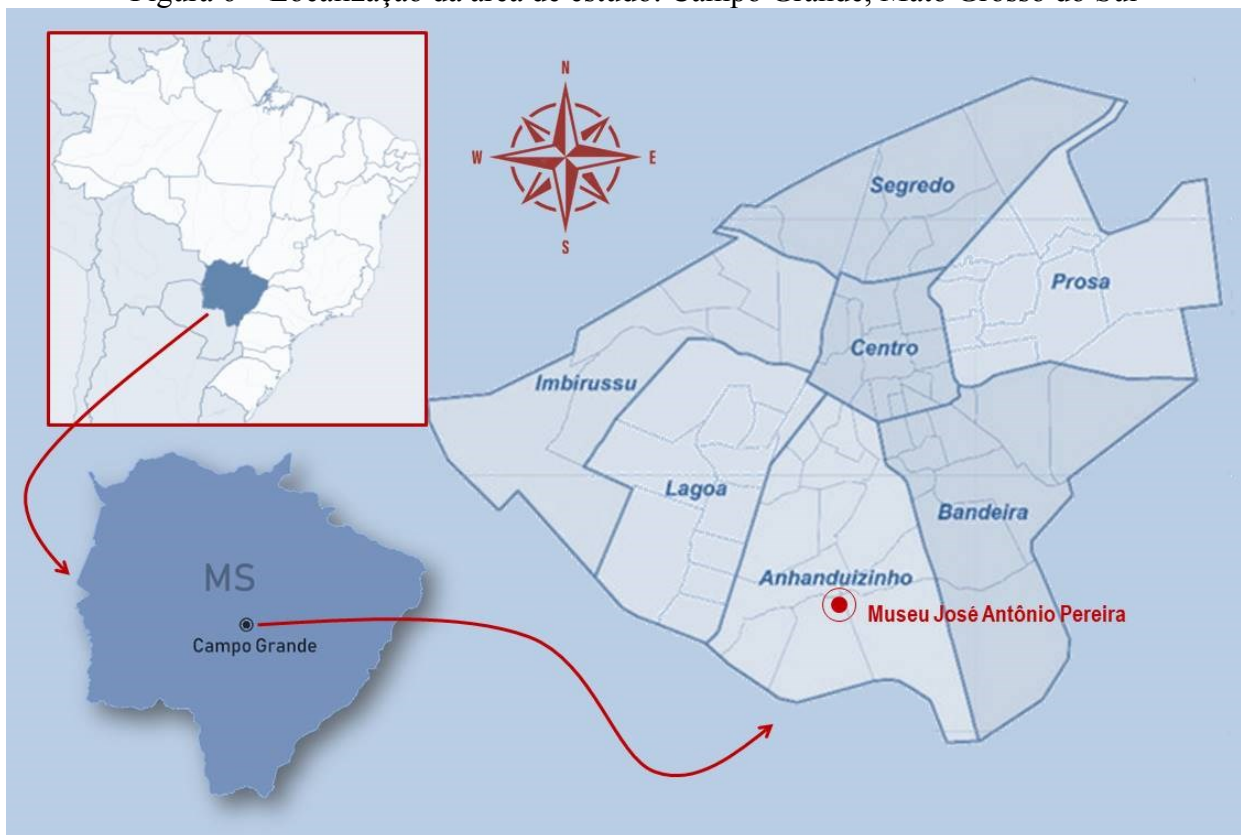
3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Inicialmente, optou-se por definir com exatidão o objeto de medida em unidades monetárias. No caso da presente pesquisa, trata-se do Museu José Antônio Pereira, um sítio singular de preservação da história da ocupação territorial e consequente formação da cidade de Campo Grande. O museu localiza-se, portanto, em Campo Grande, um município brasileiro da região centro-oeste, com área total de 808.297 ha e área urbana de 35.941,08 ha, geograficamente localizado na porção central do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo sua capital (Figura 6).

Como a maioria dos municípios, a cidade foi se expandido a partir de um centro, no qual naturalmente se conserva os edifícios históricos. Neste caso, o patrimônio que ainda se conserva origina-se a partir de 1909, data do primeiro traçado viário urbano. A partir de 1914, a cidade se assistiu seu crescimento com a vinda da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo os edifícios da antiga estação ferroviária, o complexo de casas dos trabalhadores da NOB, além de alguns casarões que constituíam as moradias e comércios daquela época os representantes desta época (PLANURB, 2022). Contudo, o único sítio histórico que ainda retrata as condições do período de fundação da cidade, nos anos de 1880, é distante do centro da cidade. Trata-se da sede do Museu José Antônio Pereira, localizado em uma chácara denominada Fazenda Bálsamo, no Bairro Centenário, Região Urbana do Anhanduizinho (Figura 6), patrimônio que se procurou estimar o valor.

A economia de Campo Grande é baseada no setor terciário, com intensas atividades desenvolvidas no campo da administração pública, comércio e serviços, configurando-se como o principal polo de serviços para a população do Estado, além de um centro logístico. Os indicadores econômicos dos últimos anos apresentam padrões característicos de um processo de desenvolvimento, que pode ser evidenciado pelo Produto Interno Bruto (PIB), indicador que demonstra o valor de toda a riqueza produzida no município. O PIB de Campo Grande, no período entre 2005 e 2010, apresentou um incremento de 102,7%, com média anual de 15,2%, passando de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 11,6 bilhões. Já em 2020, conforme dados apurados pelo IBGE, o PIB do município atingiu cerca de R\$ 30,1 bilhões, em valores correntes (IBGE, 2022).

Figura 6 – Localização da área de estudo: Campo Grande, Mato Grosso do Sul



Fonte: elaboração própria

Apesar do PIB ter recuado em 2020, face aos efeitos da pandemia sobre o setor de serviços, principal segmento da economia campo-grandense, impactando significativamente o comércio varejista, o setor de bares e restaurantes, de hotelaria, entre outros, o Município se manteve na 31ª posição em relação a todos os municípios brasileiros, e o 3º na região Centro-Oeste, depois de Brasília e Goiânia, o que representa 3,81% de participação em toda a região (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022).

Com relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) de cada setor da economia, Campo Grande figura na 61ª posição do ranking da Indústria, 29ª para Serviços e 14ª para Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, deixando de figurar somente entre aos 100 maiores municípios contributivos para o segmento Agropecuária (IBGE, 2022).

Como capital do Estado, a cidade exerce um importante papel de polo cultural, com oferta de bens e serviços culturais para toda a região, tendo se consolidado como um local adequado para realização de eventos, além de contar com um calendário expressivo de atividades ao longo

do ano, dando visibilidade aos trabalhadores do segmento, além de fortalecer o *trade turístico* e a economia formal e informal que gira em torno das ações culturais da cidade (PLANURB, 2022).

Dados compilados da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Fundação de Cultural de Mato Grosso do Sul, apresentados em Planurb (2022), listam 19 museus na cidade, sendo a maioria deles pequenos memoriais de caráter e abrangência mais restrita. São eles:

- a) Casa Operariana – Memorial Operário Futebol Clube;
- b) Centro de Memória - Tribunal Regional Eleitoral;
- c) Centro Histórico e Cultural da Santa Casa;
- d) Memorial da Cultura Indígena;
- e) Memorial da Ferrovia/AFAPEDI;
- f) Memorial da Indústria/SENAI;
- g) Casa de Ciência e Cultura de Campo Grande/UFMS;
- h) Museu da Imagem e do Som (MIS);
- i) Museu das Culturas Dom Bosco/UCDB;
- j) Museu de Arqueologia da UFMS;
- k) Memorial da Cultura e Cidadania “Apolônio de Carvalho”;
- l) Museu de Anatomia da UFMS;
- m) Museu de Arte Contemporânea (MARCO);
- n) Museu de Arte Urbana (MuAU);
- o) Museu de História da Medicina de Mato Grosso do Sul;
- p) Museu José Antônio Pereira;
- q) Museu Lídia Baís/Morada dos Baís;
- r) Sala de Exposições Guia Lopes; e
- s) Sesc Cultura Unidade “Mello e Cáceres”.

Os museus de Campo Grande, somado a outros atrativos, são considerados importantes pontos turísticos da capital de um Estado com destinos turísticos mundialmente consagrados, dentre os quais destacamos Bonito e Bodoquena, além de toda a região do Pantanal, representada pela cidade de Corumbá. O Aeroporto Internacional de Campo Grande é o responsável pela recepção de grande parte dos turistas que, segundo dados do Observatório do Turismo do MS, referente à alta temporada de 2019-2020, 52,8% desses turistas, visita outros 14 destinos no Estado, e não Campo Grande (FUNDTUR, 2020). Portanto, há ainda um grande potencial a ser

explorado no setor turístico, a partir da adoção de estratégias para permanecer na cidade parte de um público que está somente de passagem, vocação apontada nos estudos de uma consultoria especializada em *place branding* e *placemaking* para a região histórica da cidade (PLACES FOR US, 2020). Sendo, portanto, este o contexto em que se insere o Museu José Antônio Pereira.

3.2 POPULAÇÃO AMOSTRADA

A seguir, definiu-se uma amostra estatística representativa da população de usuários – ou possíveis usuários – do Museu José Antônio Pereira. Neste caso, como a proposta é estimar o interesse que a população detém em preservar esse patrimônio, considera-se que poderia ser qualquer um. Contudo, para fins de delimitação, a população definida como alvo da coleta de dados, portanto, foi considerada tanto moradora, quanto visitante de Campo Grande, utilizando para fins de cálculo de confiabilidade o número de habitantes da cidade.

Segundo a prévia do censo de 2022 do IBGE, a população do município é de 942.140 habitantes. Nas últimas décadas, o Município experimentou um crescimento populacional acelerado, sendo que os dados do período entre o censo de 2022 para o censo de 1970 demonstram que a população se multiplicou em 6,7 vezes seu número de habitantes.

O crescimento demográfico intensificado na década de 1970 advém de um grande fluxo migratório decorrente da expansão de fronteira agrícola brasileira. A partir da década de 1990, apesar de ter havido redução, a taxa de crescimento demográfico do município se manteve elevada, com média anual de 2,6%, de 1991 até 2000, e de 1,7% de 2000 até 2010, o que gerou um crescimento demográfico de 49,5% em dezenove anos (PLANURB, 2022).

Apesar das grandes extensões do município, essa população concentra-se na área urbana. Trata-se de um município com alta taxa de urbanização, atingindo 98,66% (PLANURB, 2022). Significa, portanto, uma população urbana de 929.515 habitantes de todas as faixas etárias.

Sendo assim, a amostra obtida a partir da aplicação do questionário totalizou 232 pessoas.

3.3 SIMULAÇÃO DO MERCADO

Um dos objetivos específicos da pesquisa foi determinar quanto um potencial visitante do Museu José Antônio Pereira estaria disposto a pagar para visitar referido museu. Como não há

qualquer tipo de cobrança de ingresso para visitação desse museu, atualmente, optou-se pela estimativa da DAP para fins de valorar a mera preservação do espaço e seu acervo.

Para tanto, a pesquisa norteou-se em definir um hipotético pagamento de um valor para visitação, de livre escolha, tomando-se o cuidado de inferir se o respondente consideraria justo uma cobrança para acesso ao bem ou serviço oferecido pelo espaço cultural. Os dados contabilizados para a estimativa média de DAP foram àqueles diferentes de zero, obtidos de maneira “*open-ended*”, conforme assim entendido:

Lances livres ou forma aberta (“open-ended”) - onde o questionário apresenta a seguinte questão: “quanto você está disposto a pagar?”. Esta forma de pergunta produz uma variável contínua de lances (“bids”) e o valor esperado da DAA ou DAP pode ser estimado pela sua média. Para verificação dos resultados em relação a variáveis explicativas que influenciam a resposta dos indivíduos, utilizam-se geralmente técnicas econométricas de regressão. Esta foi a forma pioneira do MVC, mas, que tem sido abandonada em favor de outras formas abertas de eliciação que incluem mecanismos como os cartões de pagamento ou os jogos de leilão (“bidding games”) onde valores iniciais são sugeridos e, dependendo da resposta, estes valores são alterados até serem aceitos pelo entrevistado. (MOTTA, 1997, p.34)

A simulação é feita por intermédio de uma abordagem simples e direta, extraíndo-se as preferências a partir de questionários (NAM; PARK; SHIN, 2015). Sobre essas preferências individuais, Báez e Herrero (2012) explicam que os indivíduos podem ser questionados sobre sua disposição a pagar pelos benefícios recebidos na oferta de um bem ou, alternativamente, sobre sua disposição de aceitar uma medida compensatória por possíveis perdas no uso desse bem.

As respostas individuais de valor geram uma variável contínua de lances, sendo que por intermédio de sua média é possível calcular a DAP. Análises de regressão são utilizadas para verificar se e quais variáveis influenciam nas respostas individuais, sendo que a DAP pode ser expressa, em função da renda familiar (Y_i), do grau de escolaridade (S_i) além de outras variáveis explicativas (X_i), como sexo ou situação ocupacional, conforme explicam Stampe, Tocchetto e Florissi (2008) e Fernandes, Bem e Waismann (2020), por intermédio da equação:

$$DAP = f(Y_i, S_i, X_i) \quad (1)$$

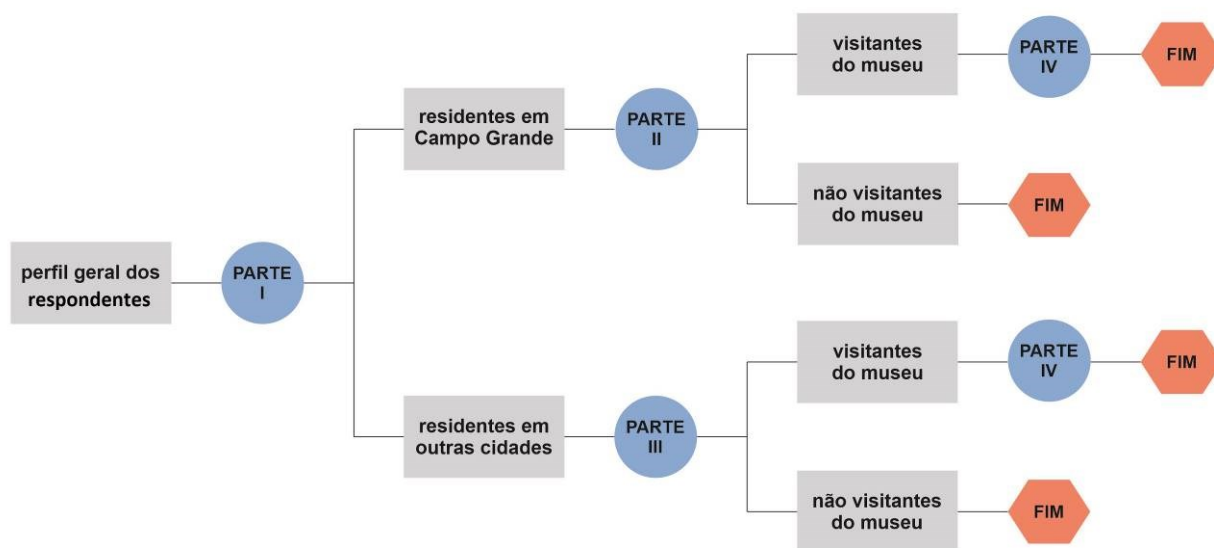
Por fim, a média de DAP obtida a partir da amostra pode ser multiplicada pela população total, obtendo-se assim a estimativa do valor econômico total do recurso analisado (STAMPE; TOCCHETTO; FLORISSI, 2008).

3.4 COLETA DE DADOS

Deste modo, foi estruturado um questionário com questões abertas e fechadas, visando, além de estimar os valores de DAP, compreender o perfil dos respondentes, seus hábitos de consumo de bens e serviços culturais, bem como suas percepções acerca dos espaços de cultura, especialmente ao museu objeto da presente investigação. Tomou-se o cuidado de garantir o anonimato dos respondentes.

O questionário foi estruturado em 4 partes, conforme ilustrado na Figura 7, sendo a primeira aglutinadora de perguntas que tratam do perfil geral das pessoas, e, portanto, comum a todos os respondentes. Dividido com perguntas-chave, a segunda parte é apenas destinada aos residentes em Campo Grande, e a terceira parte aos moradores de outros locais; ambos os blocos mapeiam com detalhes os locais de origem. Ao serem questionados sobre já terem visitado o Museu José Antônio Pereira (pergunta-chave), em caso positivo, são permitidas respostas à quarta parte, que reúne um conjunto de perguntas sobre as condições que se deu a visita e coleta as impressões do visitante, além de inferi-lo sobre as possibilidades de melhoria.

Figura 7 – Estruturação do questionário



Fonte: elaboração própria

Embora o método de valoração contingente não inclua valorar a partir de possíveis melhorias futuras no bem ou serviços ofertados, o questionário aplicado buscou aprofundar

nesses quesitos tendo como propósito constituir-se em instrumento para traçar diretrizes de um projeto de requalificação do museu, tanto física, quanto em termos de gestão do espaço público, subsidiando assim ações futuras do Município.

A íntegra do questionário consta no Apêndice A.

3.5 CONDUÇÃO DA PESQUISA

O questionário foi aplicado em meio eletrônico, por intermédio da ferramenta gratuita disponível denominada *Google Forms*, visando maior facilidade tanto na coleta das respostas, considerando a autonomia dos respondentes e a tabulação dos dados, quanto na divulgação da pesquisa, a partir do compartilhamento do link redes sociais e aplicativos de conversa telefônica, bem como ao acesso imediato nas respostas, permitindo acompanhar o desenvolvimento da aplicação da pesquisa.

O questionário ficou disponível durante um período de 5 semanas, entre 08 de dezembro de 2022 a 12 de janeiro de 2023, sendo coletadas 232 respostas das quais foram consideradas válidas 102 respostas contendo a indicação de DAP, sendo este diferente de zero, e, destes, 64 respostas contendo a indicação da renda familiar para análises específicas a essa variável. Alguns dos registros da amostra geral e sub-amostras precisaram ser descartados por conter inconsistências nas respostas.

Com os resultados obtidos, uma vez minimizados os eventuais vieses que inevitavelmente surgem em levantamentos dessa natureza (BÁEZ; HERRERO, 2012), estimou-se o valor máximo que as pessoas pagariam pelo serviço ou bem investigado, além de entender como as variáveis descritivas da população podem influenciar neste preço (MAZADIEGO *et al.*, 2018).

A literatura consolida a utilização de modelos de regressão paramétrica para análise dos dados, pressupondo que a DAP possui interface com as características demográficas e socioeconômicas dos indivíduos, bem como as experiências anteriores de consumo do bem em questão e à disponibilidade de alternativas (BÁEZ; HERRERO, 2012). Por este motivo, os modelos de regressão são utilizados para verificar a influência das variáveis nas respostas dos indivíduos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Enquanto testemunha ocular da colonização e povoamento da porção central de Mato Grosso do Sul, a existência do Museu José Antônio Pereira por si só tem relevância na preservação, o que não se está a discutir. Contudo, há algumas potencialidades que extrapolam o próprio objeto de preservação.

Os museus cumprem com a função social de conservar e difundir bens tangíveis ou intangíveis, e assim, promover a valorização do patrimônio cultural de um povo. Ao mesmo tempo, desempenham importante papel nas atividades de lazer das pessoas, além de se constituir em atrativos turísticos relevantes (FREY, 2019). Portanto, caracterizam-se como bens culturais que produzem impactos econômicos e sociais, diretos e indiretos, à sociedade (IBRAM, 2014).

Os museus, de um modo geral, podem ser entendidos como espaços não formais de ensino, que complementam a atividade educativa porquanto propiciam a produção do conhecimento. Assim, os museus de história são aliados na fundamentação das aulas de história, especialmente para compreensão da história local, e elemento central em projetos de educação patrimonial (ZARBATO, 2021).

Esses equipamentos também possuem importância indissociável ao setor turístico, uma vez que se constituem naturalmente em ponto turístico. Revelam informações importantes sobre a história e a cultura de uma localidade.

No campo econômico, são tidos como bens públicos, cujo consumo individual não suprime o consumo da coletividade (IBRAM, 2014), e, por englobar um conjunto de recursos compartilhados, de uso não exclusivo e de interesse de todos, pode ser entendido como um bem comum (FEENY *et al.*, 1990; OSTROM, 1990).

Posto isto, a partir da investigação sobre a população amostrada, é possível obter alguns resultados que evidenciam o papel social do Museu José Antônio Pereira em seu contexto. Importante registrar que, das 232 respostas ao questionário, apenas 127 pessoas conheciam o museu objeto da pesquisa e, portanto, avançaram para o campo de pergunta sobre o valor da DAP. Dentre estes, 102 sugeriram um valor diferente de zero, que, ao se descartar os *outliers*, constitui-se numa sub-amostra com um total de 88 observações. Desses, somente 53 responderam sobre a renda familiar. A Tabela 1 mostra os valores médios e desvio padrão das variáveis investigadas.

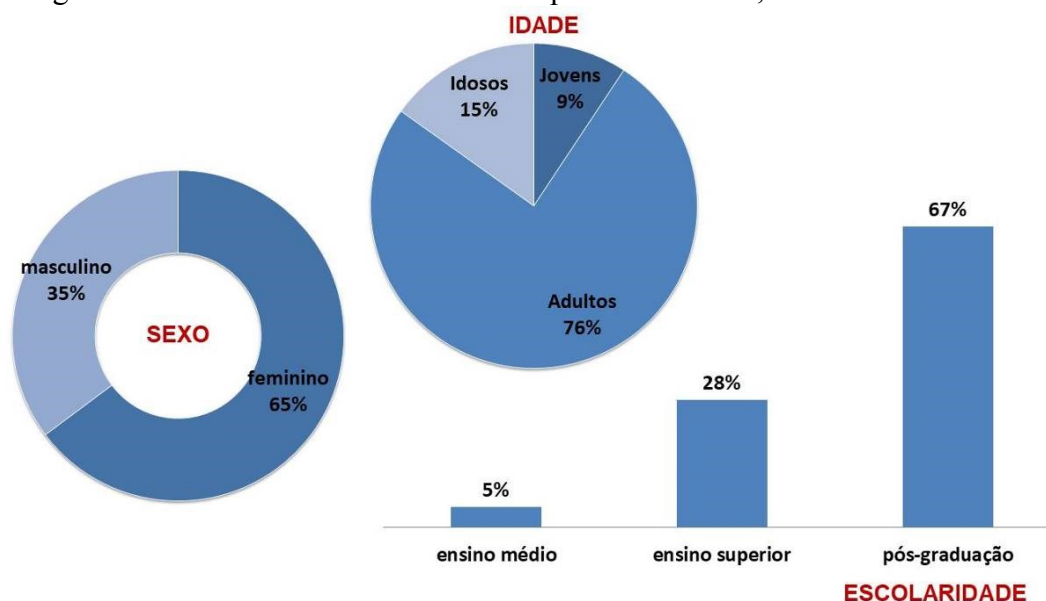
Tabela 1 – Estatística descritiva: síntese

	Média	Máxima	Mínima	Desvio padrão	Obs.
Variável dependente					
DAP	21,42	50,00	10,00	11,79	88
Variável explicativa					
idade	46,7	79	16	12,89652	86
sexo	0,64773	1	0	0,48042	88
escolaridade: pós-graduação	0,67046	1	0	0,47274	88
escolaridade: ensino superior	0,28409	1	0	0,45357	88
ocupação: autônomo	0,26136	1	0	0,44190	88
ocupação: empregado	0,68182	1	0	0,46844	88
renda	11.603,81	70.000,00	1.302,00	10.740,40	53
visita museus	0,85227	1	0	0,35686	88
gasto cultural	220,39	1.000,00	0,00	229,98	80
residentes em CGR	0,94318	1	0	0,23282	88
gostou da visita	0,86364	1	0	0,34514	88

Fonte: elaboração própria

Da análise prévia, permitiu-se identificar o perfil socioeconômico dos respondentes. Neste caso, constitui-se de uma maioria de sexo feminino (65%), adultos, com idades concentrando-se na faixa etária dos 30 aos 59 anos (76%), e com escolaridade atingindo o nível de pós-graduação (67%) e do ensino superior (28%), conforme síntese apresentada na Figura 8.

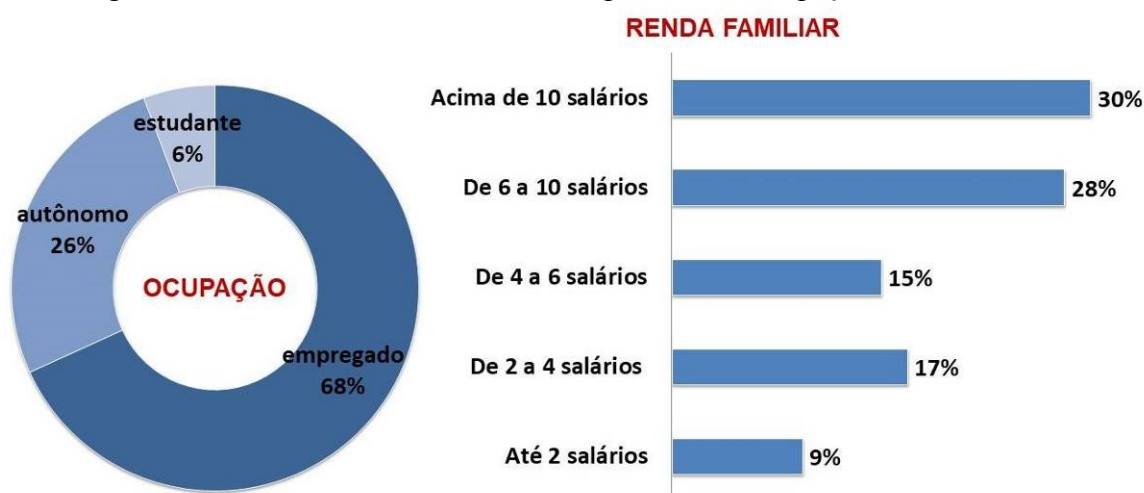
Figura 8 – Perfil socioeconômico dos respondentes: sexo, idade e escolaridade



Fonte: elaboração própria

Quanto à ocupação, a maioria dos respondentes está empregada (68%), ou são autônomos (26%), e atingem uma renda familiar predominante nas faixas salariais mais elevadas, ou seja, acima de 10 salários mínimos (30%) e de 6 a 10 salários mínimos (28%), conforme síntese apresentada na Figura 9.

Figura 9 – Perfil socioeconômico dos respondentes: ocupação e renda familiar

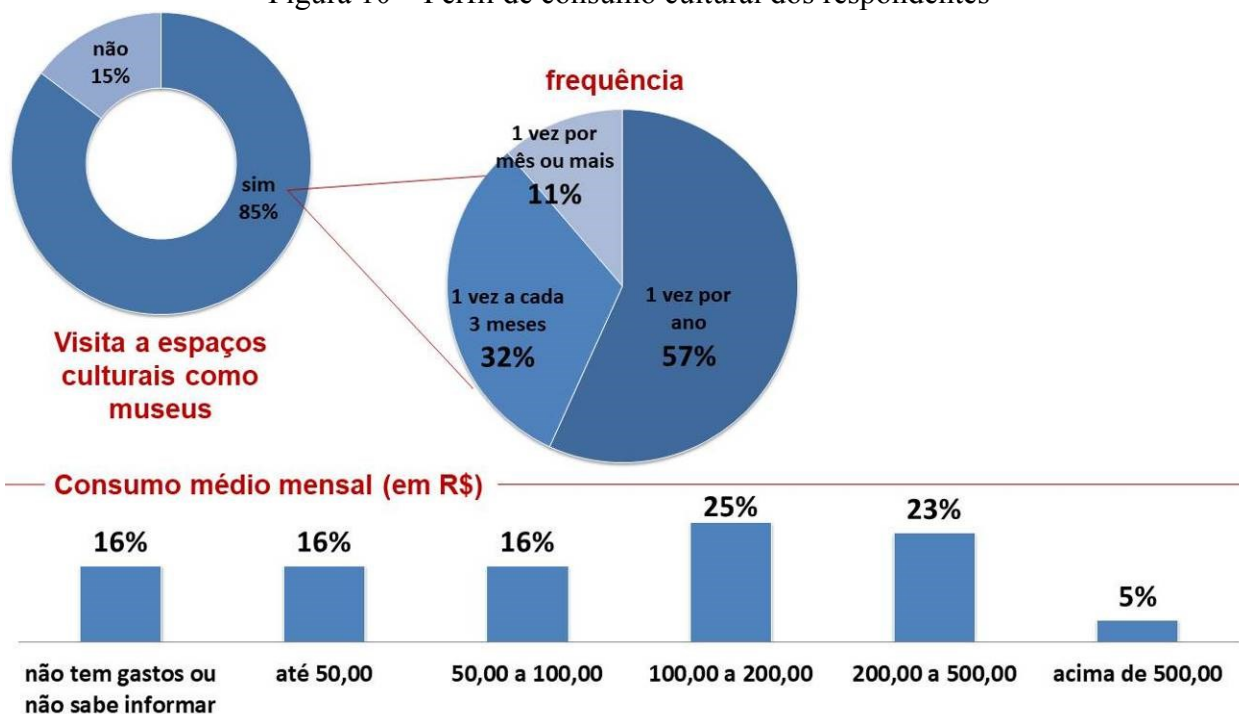


Fonte: elaboração própria

Em análise ao perfil de consumo cultural dos respondentes (Figura 10), verifica-se que 75% costumam visitar museus, galerias ou exposições de artes, sendo a frequência predominante uma vez ao ano (57%), em relação a uma vez a cada três meses (32%) ou uma vez por mês ou mais (11%). O gasto médio mensal com cultura da amostra, o que significa custos com aquisição de ingressos em eventos culturais, visita a espaços culturais, aquisição de obras de arte, etc., dentre aqueles que possuem algum gasto mensal, foi de R\$ 238,38. Contudo, 25% das pessoas gastam entre R\$ 100,00 a R\$ 200,00 e outros 23% entre R\$ 200,00 a R\$ 500,00.

A maioria dos respondentes que conhecem o museu objeto de estudo são residentes de Campo Grande (95%) e, do total de visitantes, 85% tiveram uma boa experiência na visita, considerando-a “satisfatória” ou “muito satisfatória” em relação aos demais que a julgaram pouco ou nada satisfatória.

Figura 10 – Perfil de consumo cultural dos respondentes



Fonte: elaboração própria

Para valorar economicamente o museu em estudo pelo Método da Valoração Contingente, os respondentes foram indagados sobre duas situações hipotéticas. Na primeira, perguntou-se que, se caso fosse necessário para a manutenção de um museu qualquer, o respondente estaria disposto a pagar algum valor quando fosse visitá-lo. Na segunda questão, a hipótese era voltada especificamente ao Museu José Antônio Pereira, sendo indagados se, caso fosse necessário, quais valores estariam dispostos a pagar para visitá-lo.

No primeiro caso, obteve-se 65% das respostas para “sim”, somente 3% das respostas para “não” e um total de 32% das respostas para “depende”, sendo que neste último caso considerou como opções o pagamento conforme o museu, conforme o valor cobrado, ou ambos os motivos.

No segundo caso, a média dos valores livremente sugeridos para pagamento de ingresso ao Museu em estudo, refutando-se os que responderam zero, foi de R\$ 21,42. Observa-se que dentre as 121 pessoas que conhecem o bem em investigação, alguns responderam R\$ 0,00 no campo aberto do formulário destinado à sugestão de valor, ou não se manifestaram, deixando de preenchê-lo, ou ainda, registraram comentários como “não saberia dizer”, “cabe ao poder público essa manutenção” ou “por ser um lugar público deve ser gratuito a população”. Hansen (1997)

trata sobre como interpretar os lances zero e, assim, lidar com as ofertas de protesto, que podem não ser uma expressão da DAP, mas sim um protesto contra o próprio estudo, indicando que estes devam ser retirados quando não há elementos definidos na estrutura da coleta dos dados para sua interpretação individualizada.

Além dos ajustes mencionados acima, foram descartados também os dados considerados *outliers*, pela discrepância em relação as demais observações, especialmente com relação a DAP e a renda familiar. Para o caso da DAP, consideramos o intervalo de valores entre R\$ 10,00 a 500,00. No caso da renda, descartamos as observações que ultrapassaram R\$ 70.000,00. Por estes ajustes é que se atingiram as 88 observações utilizadas na análise.

A partir das observações que efetivamente sugeriram algum valor e, após os descartes, complementa-se que a média de valor pago variou em razão das estratificações feitas, conforme veremos adiante, iniciando-se pela DAP em razão do sexo (Tabela 2). A partir dos dados apresentados pode-se observar que há uma concordância com o pagamento pela visita ligeiramente maior por parte das mulheres (67%) em relação aos homens (64%), enquanto estes condicionam o pagamento ao museu ou ao valor. Contudo, na sugestão do valor monetário, o valor da DAP média atribuída pelos homens é 25% maior que das mulheres.

Tabela 2 - Disposição a pagar em função do sexo

Sexo	Amostra	Disposição a Pagar			Valor Médio (R\$)
		Sim	Não	Depende	
feminino	65%	67%	4%	30%	19,65
masculino	35%	64%	3%	33%	24,68
prefiro não informar	0	---	---	---	---

Fonte: elaboração própria

Com relação à situação ocupacional dos respondentes, os resultados são apresentados na Tabela 3. Nele é possível observar que os estudantes estão menos dispostos a pagar (20%), que os empregados (68%) e autônomos (65%). Contudo, ainda assim, o valor atribuído pelos estudantes foi maior, em relação às demais condições de ocupação.

Tabela 3 - Disposição a pagar em função da ocupação

Ocupação	Amostra	Disposição a Pagar			Valor Médio (R\$)
		Sim	Não	Depende	
Empregado	68%	68%	3%	28%	21,46
Desempregado	0%	---	---	---	---
Autônomo	26%	65%	4%	30%	19,57
Estudante	6%	20%	0%	80%	29,50

Fonte: elaboração própria

Um comportamento semelhante ocorre com o nível de escolaridade (Tabela 4), em que os que possuem somente o ensino médio atribuem a maior média de valores para a DAP, seguido dos que possuem pós-graduação e ensino superior, respectivamente. Os mais dispostos a pagar, independente de condicionantes, são os pós-graduados.

Tabela 4 - Disposição a pagar em função do nível de escolaridade

Escolaridade	Amostra	Disposição a Pagar			Valor Médio (R\$)
		Sim	Não	Depende	
Ensino fundamental	0%	---	---	---	---
Ensino médio	5%	50%	0%	50%	33,75
Ensino superior	28%	60%	4%	36%	19,00
Pós-graduação	67%	68%	3%	29%	21,61

Fonte: elaboração própria

Em relação à idade, verifica-se que a aceitação de um pagamento aumenta conforme se elevam os estratos (Tabela 5), porém os valores não seguem essa lógica de crescimento gradativo, sendo que os adultos propõem valores menores (R\$ 20,77) que os jovens (R\$ 22,81) e que os idosos (R\$ 24,81), conseqüentemente.

Tabela 5 - Disposição a pagar em função da idade

Faixa etária	Amostra	Disposição a Pagar			Valor Médio (R\$)
		Sim	Não	Depende	
Crianças (0 a 14 anos)	0%	---	---	---	---
Jovens* (15 a 29 anos)	9%	38%	0%	63%	22,81
Adultos (30 a 59 anos)	76%	68%	3%	29%	20,77
Idosos** (60 anos ou mais)	15%	69%	8%	23%	24,81

Fonte: elaboração própria

Nota: (*) Classificação com base no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013)

(**) Classificação com base no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003)

Quanto à renda média familiar, o valor médio de DAP é maior para rendas acima de 10 salários mínimos (Tabela 6). A análise voltada à pré-disposição de pagar, independentemente do valor, percebe-se que as faixas entre 4 a 6 salários mínimos, seguida dos 2 a 4 salários mínimos, atingem percentuais mais elevados.

Tabela 6 – Disposição a pagar em função da renda familiar

Faixa de renda	Amostra	Disposição a Pagar			Valor Médio (R\$)
		Sim	Não	Depende	
Até 2 salários	9%	40%	0%	60%	17,50
De 2 a 4 salários	17%	78%	0%	22%	17,78
De 4 a 6 salários	15%	88%	0%	13%	22,19
De 6 a 10 salários	28%	73%	7%	20%	22,00
Acima de 10 salários	30%	69%	0%	31%	23,13

Fonte: elaboração própria

As análises de regressão linear permitem verificar se há relação entre variáveis e, para esta pesquisa, compreender os diferentes valores sugeridos para a DAP. Os dados da pesquisa apontam para premissas, algumas das quais se confirmam quando são analisados os dados individualmente, por agrupamentos específicos de escolaridade ou de ocupação, por exemplo¹. Hansen (1997) destaca que uma série de fatores socioeconômicos é capaz de explicar esses valores de maneira consistente com a teoria.

Uma dessas premissas é em relação ao sexo, uma vez que os homens estão dispostos a pagar maiores valores do que as mulheres. Essa relação obtida tendo o sexo como variável explicativa se confirma ao analisá-lo conjuntamente a outras variáveis socioeconômicas da amostra, e nos recortes das sub-amostras com mais observações, tais como o grupo de pós-graduados, o grupo de empregados, ou o grupo em que se excluem os estudantes e os instruídos até o ensino médio. Resultado semelhante foi encontrado por Fernandes, Bem e Waismann (2020), uma vez que os homens propõem pagar valores maiores para manter a obra de arte instalada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; mas, por outro lado, contrapõe-se aos achados por Sanz, Herrero e Bedate (2003) para um museu na Espanha.

¹ O exercício de regressão linear foi conduzido de forma a ilustrar relações entre variáveis. Não houve preocupação com o coeficiente de determinação e com o nível de significância dos coeficientes, trabalhando-se na maioria dos casos com o nível próximo de 10%. A ênfase, portanto, foi no sentido de complementar a análise da estatística descritiva das variáveis, e não de inferência ou previsão. No apêndice foi apresentada a saída do *Eviews* de uma das regressões com todas as variáveis.

A escolaridade também parece ter influência sobre os valores de DAP, sendo que, aqueles que atingem níveis de instrução mais elevados propõem valores de DAP menores. Alguma relação também é estabelecida com a análise específica do grupo de autônomos e de empregados, contudo, há variações do sentido da variação dos coeficientes. Observamos que Sanz, Herrero e Bedate (2003), comparando resultados obtidos pela aplicação de modelos paramétricos e semi-paramétricos, também encontraram essa variação.

Com relação à idade, para o grupo de pós-graduados parece haver uma relação ascendente, inversamente ao que ocorre com o grupo de graduados. Para a sub-amostra dos que possuem ensino superior, a ocupação demonstra alguma influência, sendo positiva para os que estão empregados, e negativa para os que são autônomos. Divergindo da hipótese inicial do estudo, não houve uma linearidade ascendente para as faixas de renda da amostra, do mesmo modo que identificado pelos resultados de Fernandes, Bem e Waismann (2020).

Demonstra ainda guardar relação com a DAP, o hábito de visitar frequentemente espaços culturais tais como os museus. Os respondentes que costumam visitar museus estão menos dispostos a pagar, comportamento que se confirmou quando analisamos o conjunto de dados excluindo-se os estudantes e com escolaridade até o ensino médio, ou ainda só com os que estão empregados. Outra questão que demonstrou ter influência sobre os resultados são o gasto médio mensal com cultura. De um modo geral, para os que possuem ensino superior e para os autônomos, aqueles que têm gastos frequentes mais elevados com ingressos em eventos culturais, visita a espaços culturais, aquisição de obras de arte, dentre outros, estão mais dispostos a pagar pela visita ao museu.

O grau de satisfação com a experiência da visita ao Museu José Antônio Pereira não parece pesar sobre a sugestão dos valores da DAP. Contudo, os residentes em Campo Grande propõem maiores valores que os demais, situação confirmada em análises individualizadas para o recorte dos pós-graduados e dos empregados.

De um modo geral, os resultados sugerem alguns elementos importantes em termos de políticas públicas, tais como a relação com o sexo, à escolaridade e o hábito de visita a museus, discordante da hipótese tecida preliminarmente. Porém, esses resultados estão sujeitos a testes mais robustos.

Importante registrar que, para as análises de regressão linear, foram identificadas limitações da amostra obtida, ocasionadas por sua extração de modo induzido, o que aponta para

a necessidade de novos estudos com amostras aleatórias e em maior número de observações, podendo-se a partir de então propor um modelo assertivo às investigações da população.

Por fim, o valor econômico estimado para o Museu José Antônio Pereira foi mensurado a partir do valor médio da DAP obtida pela amostra, conforme a equação (2), multiplicando-o para a população total, segundo a equação (3).

$$DAPm = \sum DAP^{88} (1/n) \quad (2)$$

Onde:

DAPm = Disposição média a pagar

DAP⁸⁸ = indivíduos questionados com valores diferentes de zero

n = número de indivíduos questionados

$$DAPe = DAPa \times POPt \quad (3)$$

Onde:

DAPe = Valor total estimado para o Museu

DAPa = Média da disposição a pagar da amostra

POPt = população total

Considerando, portanto, que a DAP média da amostra obtida foi de R\$ 21,42, e a população total são os habitantes do Município, que perfaz um contingente atual de 942.140 habitantes computados conforme a prévia populacional do novo Censo (IBGE, 2022), da qual estimamos uma população total de 728.972 habitantes acima de 15 anos de idade, excluindo-se as crianças, a partir dos percentuais de distribuição de faixa etária calculados pelo Censo de 2010, os valores estimados para o Museu José Antônio Pereira são os apresentados na Tabela 7.

A DAP média estimada para o Museu José Antônio Pereira, de R\$ 21,42, equivale a 1,64% do salário mínimo vigente no Brasil. O percentual se aproxima da disposição a pagar para

visitar as ruínas de um forte italiano, estimados por Del Giudice e De Paola (2016) em 10,68 €, o que representa 1,57% do salário mínimo de sobrevivência² para o ano da publicação.

Tabela 7 – Valor social do Museu José Antônio Pereira

Faixa etária	População	DAP (R\$)	Total (R\$)
Crianças (0 a 14 anos)	213.168	---	---
Jovens* (15 a 29 anos)	260.347	22,81	5.938.510,44
Adultos (30 a 59 anos)	374.949	20,77	7.787.684,96
Idosos** (60 anos ou mais)	93.677	24,81	2.324.119017
	942.140		16.050.314,57

Fonte: elaboração própria

Comparando-se com outros estudos da literatura, verifica-se que Sanz, Herrero e Bedate (2003), estimaram em 2001 na Espanha, em um cenário conservador, valores de 25 a 30 € para visitar ao Museu Nacional da Escultura, o que representa 4,94% a 5,93% do salário mínimo espanhol naquele ano. Os autores entendem que a disposição a pagar pelo museu é considerável, havendo um apoio evidente para esse sistema de doações, contudo observam que o resultado deve ser interpretado com cautela e “levando em consideração os vieses introduzidos por qualquer cenário em uma avaliação hipotética e a natureza voluntária das contribuições hipotéticas”.

Percentual semelhante a esse ensaio foram obtidos por Báez e Herrero (2012) avaliando o patrimônio cultural urbano de uma cidade, integrando, portanto, um conjunto de bens culturais. Os \$ 6.558 pesos chilenos estimados em 2004 equivalem a 5,56% do salário mínimo local no período.

O valor consumado após a realização da pesquisa não necessariamente valida uma possível cobrança de ingressos para a visita do Museu. Sobre isso, vale a pena observar os argumentos discutidos por Maddison e Foster (2003) e Prieto-Rodríguez e Fernández-Blanco (2006), além de tecer uma análise mais complexa a respeito. Contudo, o resultado permite demonstrar a importância social do objeto de estudo no contexto de sua inserção e, a partir de então, servir de embasamento para uma gama de possibilidades, inclusive o fortalecimento de políticas públicas.

² A Itália não possui um salário mínimo regulamentado, porém acordos setoriais com salários médios para as profissões.

5 CONCLUSÕES

O patrimônio cultural possui valores que ultrapassam a função utilidade ou consumo de um bem, fugindo a lógica das teorias econômicas neoclássicas. Assim, o Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande/MS, tem uma importância significativa para a identidade e memória da população local. O conjunto composto pelas edificações, objetos e artefatos, registram a história e o modo de vida no período da colonização da porção central do Estado, além de reverenciar o legado do fundador do Município.

A determinação dos benefícios do museu pode subsidiar discussões sobre valores e formas de financiamentos necessárias à sua manutenção e atividade plena, sendo que a ausência de informações a respeito constitui-se lacunas para avanços sociais decisivos. Deste modo, a pesquisa conseguiu validar a hipótese de que o benefício social do Museu José Antônio Pereira, no contexto em que se insere, torna viável o seu financiamento.

Ademais, os objetivos da pesquisa foram atingidos, de modo que a revisão de literatura apresentou uma contextualização do objeto da investigação em âmbito dos preceitos teóricos da economia da cultura, restando evidente, a partir de então, que os museus são bens culturais aptos a promover efeitos econômicos e sociais na sociedade, e cujos desafios se focalizam na busca pelos meios existentes na teoria econômica para quantificar esses efeitos. Outrossim, caracterizar o museu em seu contexto local, identificar as formas de gestão e financiamentos adotados, além de mensurar os valores de uso e de não uso e a disposição a pagar, foram objetivos específicos perseguidos e alcançados no trabalho, para os quais se extraem as conclusões a seguir.

Apesar de sua relevância cultural, a caracterização do objeto de pesquisa evidenciou alguns aspectos que necessitam de atenção para formulação de políticas públicas locais, bem como melhor usufruir do potencial de visitação do Museu. Neste sentido, podemos mencionar que o museu não foi identificado na estrutura administrativa oficial do órgão que o administra, podendo comprometer sua autonomia de gestão ou ocasionar perda de identidade. Também há dificuldades de localizar informações sobre o equipamento cultural nos canais de comunicação oficiais, demonstrando que há oportunidades de melhoria quanto à divulgação do museu.

Com relação à infraestrutura existente, ficou evidente a necessidade de um espaço para café ou alimentação, bem como uma loja de *souvenirs*. Apesar da singularidade da edificação e da coleção permanente, o local não possui um espaço para exposições temporárias ou para

realização de certos tipos de eventos culturais que possam somar aos propósitos do museu, enriquecendo a experiência do visitante.

O Museu é financiado integralmente pelos recursos do Município. Contudo, a partir da estrutura administrativa e orçamentária de Campo Grande, não identificamos um orçamento próprio definido para este equipamento cultural, de modo que os recursos utilizados para sua manutenção do espaço e das atividades ali realizadas concorrem com todas as demais afetas à pasta da Cultura. Portanto, os resultados podem indicar também que as políticas públicas locais precisam ser aprimoradas.

De um modo geral, o papel benéfico dos museus para a sociedade e, conseqüentemente, o seu valor, é naturalmente compreendido pelas pessoas. Pode-se inferir que os questionários aplicados na presente pesquisa materializam esse entendimento, uma vez tendo indicado que 65% dos respondentes se dispõem a pagar para visitar museus, incondicionalmente, e 32% condicionam o pagamento ao museu objeto da visita ou ao valor do ingresso.

Especificamente, a compreensão da importância do Museu José Antônio Pereira para o contexto em que se insere, e, ao mesmo tempo, a preocupação e a indicação de melhorias ou adequações no espaço cultural puderam ser captadas na pesquisa de percepção. Neste sentido, a pesquisa permitiu estimar que a Disposição a Pagar (DAP) média para este museu, segundo a inquirição da amostra, equivale a R\$ 21,42.

O valor médio de disposição a pagar sugerido variou em razão de algumas variáveis do perfil socioeconômico e de hábitos culturais. As investigações sugerem que os homens estão dispostos a pagar valores maiores que as mulheres, e que os que possuem maior escolaridade propõem valores menores de DAP. Os residentes de Campo Grande também estão mais dispostos a pagar, enquanto àqueles que costumam visitar frequentemente espaços culturais tais como museus sugerem valores inferiores.

O valor total estimado para o Museu José Antônio Pereira, mensurado em razão da população residente do Município de Campo Grande, exceto crianças de 0 a 14 anos de idade, é de R\$ 16.050.314,57. Observa-se, contudo, que o valor estimado não pode ser entendido como uma medida categórica de valor econômico, uma vez que está condicionado às indicações da amostra eleita para a pesquisa, mas uma orientação de que a este equipamento se atribui um valor e, portanto, faz jus aos investimentos públicos para preservação, oferta de atividades,

administração e promoção de melhorias, justificando o planejamento e direção de políticas públicas.

Adicionalmente, o Método da Valoração Contingente foi considerado viável para promover avaliações de museus desta natureza, observada a necessidade de compor uma amostra aleatória para proveito no avanço de modelos estatísticos significativos. Enquanto um estudo exploratório os resultados configuram-se em importantes indicativos, contudo, sugere-se reproduzir a pesquisa com um tempo maior de coleta de dados e a aplicação de diferentes técnicas de análise.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO URBANO - PLANURB. **Perfil socioeconômico de Campo Grande**. 29. ed. Campo Grande: PLANURB, 2022.

ALBERNAZ, P.; BORGES, P.; PASSOS, R. A dimensão econômica e os museus: uma síntese do caso brasileiro. *In*: VALIATI, L.; FIALHO, A. L. N. (org.). **Atlas econômico da cultura brasileira**: metodologia I. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 161-180.

ANDERSSON, T. D.; ARMBRECHT, J.; LUNDBERG, E. Estimating use and non-use values of a music festival. **Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism**, London, v.12, n. 3, p. 215-231, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15022250.2012.725276>. Acesso: 20 dez. 2022.

ARGUELHO, J. F. (org.). **Marcos e monumentos históricos de Campo Grande**. 3. ed. Campo Grande: Prefeitura Municipal, 2022.

ARAÚJO JUNIOR, E. A. S. **Economia do Patrimônio Cultural**: efeitos das políticas de restauração sobre a região central da cidade do Rio de Janeiro. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: . Acesso: 20 dez. 2022.

BÁEZ, A.; HERRERO, L. C. Using contingent valuation and cost-benefit analysis to design a policy for restoring cultural heritage. **Journal of Cultural Heritage**, Paris, v. 13, n. 3, p. 235-245, Jul. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.culher.2010.12.005>. Acesso: 20 dez. 2022.

BINA, E. D. Investimento financeiro em museus: experiência brasileira. *In*: INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, ICOM, 2011, Porto. **Museus e sustentabilidade financeira**. Porto: ICOM, 2011. p. 1-20. Disponível em: https://www.icom-portugal.org/multimedia/Bina,%20E_%20Investimento%20financeiro%20em%20museus_a%20experiencia%20brasileira.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRAZIL, M. C. Sobre os campos de vacaria do sul de Mato Grosso. Considerações sobre terra e escravidão [1830-1889]. *In*: MAESTRI, M.; BRAZIL, M. C. **Peões, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril no Brasil. Passo Fundo: Editora de Passo Fundo, 2009, p. 219-250.

BREDA, M. Fim de Semana com oficinas para criançada, sarau no museu e ação social. **Rede Educativa**. Campo Grande, online. 20 mai. 2022. Disponível em: <http://www.portaldaeducativa.ms.gov.br/fim-de-semana-com-oficinas-para-criancada-sarau-no-museu-e-acao-social/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CASTILHO, M. A.; MITIDIERO, M. B. **O Museu José Antônio Pereira**: a educação patrimonial no contexto da territorialidade urbana de Campo Grande-MS. Campo Grande: Maria Augusta de Castilho, 2011.

CARVAJAL, J. E. Debates y redefiniciones del patrimonio cultural. **Ciencias Sociales y Educación**, Medellín, v. 5, n. 9, p. 109-126, Jan./Jun., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/csye.v5n9a5>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CARSON, R. T. *et al.* Contingent valuation and revealed preference methodologies: comparing the estimates for quasi-public goods. **Land Economics**, Madison, v. 72, n. 1, p.80 - 99, Fev. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3147159>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DEL GIUDICE, V.; DE PAOLA, P. The Contingent Valuation Method for evaluating historical and cultural ruined properties. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 223, p. 595 – 600, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.05.360>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DOURADO, M. T. G. O cotidiano nos Campos de Vacaria (Mato Grosso – Século XIX). *In:* Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH-SP, 2015.

CAMPO GRANDE. Lei n. 5.793, de 3 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a organização administrativa, do Poder Executivo do Município de Campo Grande, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Campo Grande, ano 20, n. 4.766, 4 jan. 2017. Disponível em: <https://diogrande.campogrande.ms.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, SECTUR. Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Página inicial**. s.d.. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAMPO GRANDE. Acervo Histórico de Campo Grande, ARCA. Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Página inicial**. s.d.. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/arca/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAMPO GRANDE. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, SECTUR. Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Museu José Antônio Pereira**. s.d.. Disponível em: <https://www.campogrande.ms.gov.br/sectur/artigos/museu-jose-antonio-pereira/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CAMPO GRANDE. Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, SMIIC. Prefeitura Municipal de Campo Grande. **Página inicial**. s.d.. Disponível em: <http://smiic.campogrande.ms.gov.br/index.zul>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DO CARMO, J. A. Valorização da cultura: um método de avaliação que pondera as realizações culturais e a sustentabilidade organizacional de museus. *In:* VALIATI, L.; MOLLER, G. (org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs/Cegov, 2016. p. 211-233.

DUFFY, C. T. The rationale for public funding of a National Museum. *In:* TOWSE, R.; KHAKEE, A. (ed.) **Cultural economics**. Berlin: Springer-Verlag, 1992. p. 37-48.

FEENY, D. *et al.* The tragedy of the commons: twenty-two years later. **Human ecology**, v. 18, n. 1, p. 1-19, Mar. 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4602950>. Acesso em: 16 mai. 2022.

FERNANDES, R. L.; BEM, J. S.; WAISMANN, M. Aplicação do Método da Valoração Contingente (MCV): estudo de caso do mural “As profissões” de Aldo Locatelli um patrimônio da UFRGS. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 12, n. 23, p. 317-340, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/15232>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FRANÇA, G. M.; SILVEIRA, T. S. Popularizando a ciência no meio acadêmico: o Projeto Tereré Filosófico da UFMS. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 22., 2009, Curitiba. **Anais [...]** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Intercom, 2009.

FREY, B. S. **Economics of art and culture**. Basel: Springer, 2019.

FREY, B. S.; MEIER, S. The economics of museums. *In*: GINSBURG, V. A.; THROSBY, D. (ed.). **Handbook for economics of art and culture**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 1017-1047.

FREY, B. S. The evaluation of cultural heritage: some critical issues. *In*: HUTTER, M.; RIZZO, I. (ed.) **Economic perspectives on cultural heritage**. London: Palgrave Macmillan, 1997. p.31-49.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL - FUNDTUR. **Fluxo turístico alta temporada Mato Grosso do Sul**: comparativo da alta temporada Dez/Jan (2018/19 e 2019/20). Campo Grande: FUNDTUR / Observatório do Turismo de MS, 2020. Disponível em: <http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/> Acesso em: 16 jan. 2023.

GOMES, R. Oficina de conservação do patrimônio cultural durante a Semana de Museus trata da relação do ser humano com o meio ambiente. **Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, online. 23 mai. 2022. Disponível em: <https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/oficina-de-conservacao-do-patrimonio-cultural-durante-a-semana-de-museus-trata-da-relacao-do-ser-humano-com-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GUIA, A. T. B. **A valoração económica de bens culturais**: uma aplicação a monumentos da cidade de Tomar. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Economia das Organizações) - Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2008.

HANSEN, T. B. The willingness-to-pay for the Royal Theatre in Copenhagen as a public good. **Journal of Cultural Economics**, Dordrecht, v. 21, p. 1 - 28, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41810610>. Acesso em: 20 dez. 2022.

HUGHES, P. N.; LUKSETICH, W. A. The relationship among funding sources for art and history museums. *Nonprofit Management & Leadership*, v. 10, n. 1, p.21-37, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/nml.10103>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. **Museus e a dimensão econômica**: da cadeia produtiva à gestão sustentável. Brasília: Ibram, 2014.

Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. **Diagnóstico sobre a gestão e o financiamento dos museus brasileiros**: compreendendo os aspectos administrativos, financeiros, de planejamento e de institucionalidade das instituições museológicas. Brasília: Ibram, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/fomento-e-financiamento/gestao-e-financiamento-de-museus/gestao-e-financiamento-dos-museus-brasileiros>. Acesso em: 10 ago 2022.

KLAMER, A.; PETROVA, L.; MIGNOSA, A. Funding the arts and culture in the EU. **Journal of Cultural Economics**, New York, v. 5, n. 4, p.1-6, 2007. Disponível em: <http://www.klamer.nl/publication/2007-funding-the-arts-and-culture-the-eu/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LETELIER, L. A. S. O futuro dos museus pós-pandemia: sobrevivência ou reinvenção? **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n. 28, p. 98-113, Dez./Jun. 2021.

LUKSETICH, William A.; PARTRIDGE, Mark D.. Demand functions for museum services. **Applied Economics**, London, v. 29, n. 12, p. 1553-1559, Dez. 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00036849700000031>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MADDISON, D; FOSTER, T. Valuing congestion costs in the British Museum. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 55, p. 173 - 190, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3488877>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MARTIN, F. Determining the size of museum subsidies. **Journal of Cultural Economics**, 18, Dordrecht, p. 255 - 270, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41810521>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MAZADIEGO, L. F. *et al.* The Contingent Valuation Method applied to the mining heritage of Extremadura (Spain). **Geoheritage**, Berlim, v. 11, n. 2, p. 665-679, 28 Jul. 2018. <http://dx.doi.org/10.1007/s12371-018-0319-7>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022.

MILAN, M.; SILVA, L. C. Análise da demanda e formação de hábitos culturais. *In*: MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 73 – 108.

MONTEIRO, S. M. M.; VIEIRA, C. A.; MACHRY, A.; AROLDI, M.R. Introdução à análise insumo-produto e ao método da valoração contingente para estimativa do valor de bens e serviços culturais. *In*: MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. **Métodos e técnicas de pesquisa para economia criativa e da cultura**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 11-60.

- MONTEIRO, S. M. Fundamentos de Estatística e Econometria. *In*: MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. **Métodos e técnicas de pesquisa para economia criativa e da cultura**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022. p. 111-144.
- MOTTA, R. S.; ORTIZ, R. A. Uma análise de custo-benefício do Museu da Imagem e do Som da cidade do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 177-194, Jan./Abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-98482013000100007>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA / MMA / PNUD / CNPq, 1997.
- NAM, S.; PARK, S.; SHIN, H. Accessing the economic value of night view of bridge using contingent valuation method: the case of South Korea's Han-River bridge. **International Journal Of Culture, Tourism And Hospitality Research**, Bradford, v. 9, n. 3, p. 360-370, 3 ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/ijcthr-08-2014-0070>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- OLIVEIRA, B. S.; SANTANA, I. P. S.; CASTILHO, M. A.; MITIDIERO, M. B.; SANTOS, O.; LIMA, V. R. **O Acervo do Museu José Antônio Pereira**. Campo Grande: UCDB / FUNDAC / PMCG, 2007.
- OSTROM, E. **Governing the commons**. The evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- PÁL, E. **The fundamentals of museum funding**: motivations, selection processes and performance measurement methods. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Cultural Economics and Entrepreneurship) – Erasmus School of History, Culture and Communication, Erasmus University Rotterdam, Rotterdam, 2019.
- PERNI, A.; BARREIRO-HURLÉ, J.; MARTÍNEZ-PAZ, J. M. Contingent valuation estimates for environmental goods: validity and reliability. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 189, p. 1 - 11, Nov. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2021.107144>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- PLACES FOR US. **Place Branding da Rua 14 de Julho**. Campo Grande: Places for Us, 2020.
- PLAZA, B. Valuing museums as economic engines: willingness to pay or discounting of cash-flows?. **Journal Of Cultural Heritage**, Paris, v. 11, n. 2, p. 155-162, Abr./Jun. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.culher.2009.06.001>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- RIETO-RODRÍGUEZ, J.; FERNÁNDEZ-BLANCO, V. Optimal pricing and grant policies for museums. **Journal Of Cultural Economics**, Dordrecht, v. 30, n. 3, p. 169-181, 23 jun. 2006. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/s10824-006-9012-9>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTAGATA, W.; SIGNORELLO, G. Contingent valuation of a cultural public good and policy design: the case of “Napoli Musei Aperti”. **Journal of Cultural Economics**, Dordrecht, v. 24, p. 181 - 204, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41810726>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANZ, J. Á.; HERRERO, L. C.; BEDATE, A. M. Contingent Valuation and Semiparametric Methods: a case study of the National Museum of Sculpture in Valladolid, Spain. **Journal Of Cultural Economics**, Dordrecht, v. 27, n. 3/4, p. 241-257, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1023/a:1026353218280>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SARAVIA, E. Que financiamento para que cultura? O apoio do setor público à atividade cultural. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 89 a 119, 1999. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7670>. Acesso em: 20 dez. 2022.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, SECTUR. **Museu José Antônio Pereira: Relatório**. Campo Grande: SECTUR, 2022.

SERRA, M. A. *et al.* A valoração contingente como ferramenta de economia aplicada à conservação ambiental: o caso da Estrada Parque Pantanal. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 27, p.193 – 212, Jun./Dez., 2004. Disponível em: <https://www.conservation-strategy.org/publication/valoracao-contingente-como-ferramenta-de-economia-aplicada-conservacao-ambiental-o-caso>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA JUNIOR, J. E.; OLIVEIRA, A. L. T. Patrimônio Cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, nº 1, p. 3-10, Jan./Abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.28998/cirev.2018v5n1a>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, M. V. A.; BRITO, D. J. M. O impacto de choques no setor cultural brasileiro: uma análise de emprego e renda à luz dos cortes orçamentários. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v.29, n. especial, p. 1249-1275, 2019. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/5863>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SILVA, P. P.; GASTAL, B. P. Fundamentos de Economia. *In*: MILAN, M.; MÖLLER, G.; WOBETO, D. (org.) **Introdução à economia para atividades culturais e criativas**. Porto Alegre: UFRGS/FCE; Itaú Cultural, 2022.

STAMPE; M. Z.; TOCCHETTO, D. G.; FLORISSI, S. Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre. *In*: Encontro Nacional de Economia, 36, 2008, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ANPEC, 2008.

THOMPSON, E. *et al.* Valuing the Arts: A Contingent Valuation Approach. **Journal of Cultural Economics**, Dordrecht, v. 26, p. 87 - 113, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41810783>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TORRES, T. De museu a escola de samba, hoje tem Festa Julina por toda a cidade. **Campo Grande News**. Campo Grande, online. 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/de-museu-a-escola-de-samba-hoje-tem-festa-julina-por-toda-a-cidade>. Acesso em: 20 dez. 2022.

TORRES, T. De 1880, museu onde José Antônio Pereira morou vai ser restaurado. **Campo Grande News**. Campo Grande, online. 06 ago. 2019. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/arquitetura-23-08-2011-08/de-1880-museu-onde-jose-antonio-pereira-morou-vai-ser-restaurado>. Acesso em: 20 dez. 2022.

UNITED NATIONS INDUSTRIAL DEVELOPMENT ORGANIZATION - UNIDO. **Public goods for economic development**. Vienna: UNIDO, 2008.

United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD. **Creative Economic: Report 2010**. Genebra: UNCTAD, 2010.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO. **Séminaire International sur le Financement de la Culture**: Rapport. Paris: UNESCO, 1982.

VILAR, E. R. Sobre a Economia da Cultura. **Comunicação & Cultura**, Lisboa, n. 3, p. 131 – 144, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2007.443>. Acesso em: 20 dez. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZARBATO, J. M. “Dos objetos oficiais às narrativas periféricas”: aprendizagem histórica em museu em Campo Grande-MS. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 51-70, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v10i20.753>. Acesso em: 20 dez. 2022.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário de Pesquisa



O objetivo deste questionário é conhecer o perfil dos visitantes do Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande-MS, e subsidiará os resultados de uma pesquisa realizada em âmbito do Mestrado Profissional da UFRGS, na linha de pesquisa em Economia e Política da Cultura e Indústrias Criativas.

A entrevista é anônima e voluntária. Leva apenas 5 minutos para responder. Desejamos que se sinta à vontade para respondê-la.

Se houver dúvidas, pode nos contatar pelo email: pesquisa.museu.ufrgs@gmail.com

Muito obrigada por sua colaboração!

----- PARTE I. PERFIL GERAL DOS RESPONDENTES -----

1. Qual a sua idade?

2. Qual o seu sexo?

() feminino () masculino () prefiro não informar

3. Qual a sua escolaridade?

() ensino fundamental () ensino médio () ensino superior () pós-graduação

4. Qual a sua ocupação?

() estudante () empregado () desempregado () autônomo

5. Qual a sua renda média familiar mensal? (em R\$)

(*) não preencher caso não saiba informar ou prefira não informar

6. Você costuma visitar museus, galerias ou exposições de artes?

sim não

7. Se sim, qual a frequência?

1 vez por semana 1 vez por mês 1 vez a cada 3 meses 1 vez ao ano

8. Você costuma participar de eventos culturais (teatros, concertos, shows, cinema, etc)?

sim não

9. Se sim, qual a frequência?

1 vez por semana 1 vez por mês 1 vez a cada 3 meses 1 vez ao ano

10. Em média, qual o seu gasto mensal (em R\$) com cultura (ingressos em eventos culturais, visita a espaços culturais, aquisição de obras de arte, etc) ?

11. Caso fosse necessário para manutenção de um museu, você estaria disposto a pagar algum valor quando fosse visita-lo?

sim não depende do valor depende do museu

12. Quando você visita um espaço cultural, o que você mais aprecia?

13. Você reside em Campo Grande/MS?

sim não

----- **PARTE II. RESIDENTES EM CAMPO GRANDE** -----

14. Qual o Bairro?

15. Você já ouviu falar no Museu José Antônio Pereira?

sim não

16. Você já visitou o Museu José Antônio Pereira?

Sim, uma única vez Sim, mais de uma vez
 Nunca visitei, mas tenho interesse Nunca visitei e não tenho interesse

----- **PARTE III. RESIDENTES EM OUTRAS CIDADES** -----

17. Em qual Cidade/UF você reside?

18. Você já visitou Campo Grande?

Sim, uma vez

Sim, mais de uma vez

Nunca estive, mas pretendo conhecer Nunca estive e não pretendo conhecer

19. Você já ouviu falar no Museu José Antônio Pereira?

sim não

20. Você já visitou o Museu José Antônio Pereira?

Sim, uma única vez

Sim, mais de uma vez

Nunca visitei, mas tenho interesse Nunca visitei e não tenho interesse

----- **PARTE IV. VISITANTES DO MUSEU** -----

21. Em qual circunstância você visitou o Museu?

city tour

visita escolar

visita técnica para trabalho ou estudo

sozinho, por livre vontade

com amigos e familiares, por livre vontade

com amigos e familiares, por livre vontade

para realizar uma pesquisa de história

outro: _____

22. Como você considera a visita?

muito satisfatória

satisfatória

pouco satisfatória

nada satisfatória

Nunca visitei

23. Você voltaria a visitar?

sim

não

somente se tiver alguma melhoria no local, nova exposição ou evento cultural

24. Qual a sua opinião sobre o Museu José Antônio Pereira? O que poderia ser aprimorado?

25. No caso do Museu José Antônio Pereira, caso fosse necessário, quanto você estaria disposto a pagar para visitá-lo? (em R\$)

26. Você considera que o Museu José Antônio Pereira é importante para Campo Grande?

() sim

() não

27. Por que?

Observações:

- a) Todas as perguntas são de preenchimento obrigatório, exceto a 05, 07 e 09
- b) As questões são abertas ou de resposta única, exceto a 11 e 21 que são de múltipla escolha.

APÊNDICE B – DADOS COLETADOS

Os dados selecionados para aplicação do Método da Valoração Contingente e utilizados no corpo da dissertação referem-se a um recorte sobre os visitantes do Museu José Antônio Pereira, portanto, conhecedores do museu e em condições de sugerir um valor pela visita. Além disso o recorte considerou, para este público de respondentes, as variáveis consideradas possíveis de relação ou influenciadoras no valor sugerido.

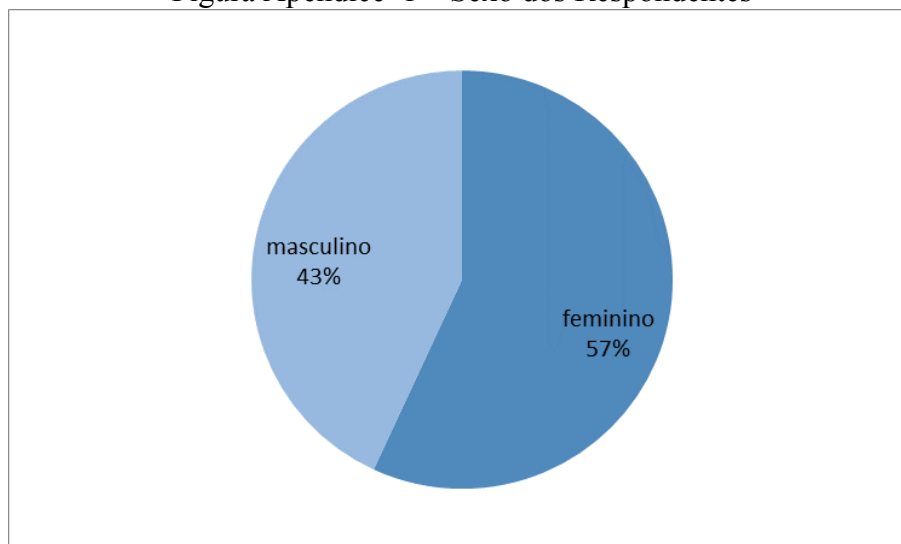
Contudo, as perguntas formuladas no questionário aprofundaram na investigação a respeito do Museu, com outros enfoques e percepções, que poderão ser objeto de análises posteriores, além de servir de base para diretrizes de projeto de requalificação do espaço, que o Município de Campo Grande pretende. Por este motivo, considera-se válido apresentar os dados tabulados, sem os recortes citados anteriormente.

As respostas apresentam o perfil socioeconômico dos respondentes, o perfil de consumo cultural, além de suas percepções a respeito do Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande. Os resultados, após tabulados, foram organizados em gráficos para melhor apresentação.

Os respondentes, em sua maioria, são do sexo feminino (Figura Apêndice 1), perfazendo 57% do contingente total, e possuem idades variando de 30 a 59 anos (

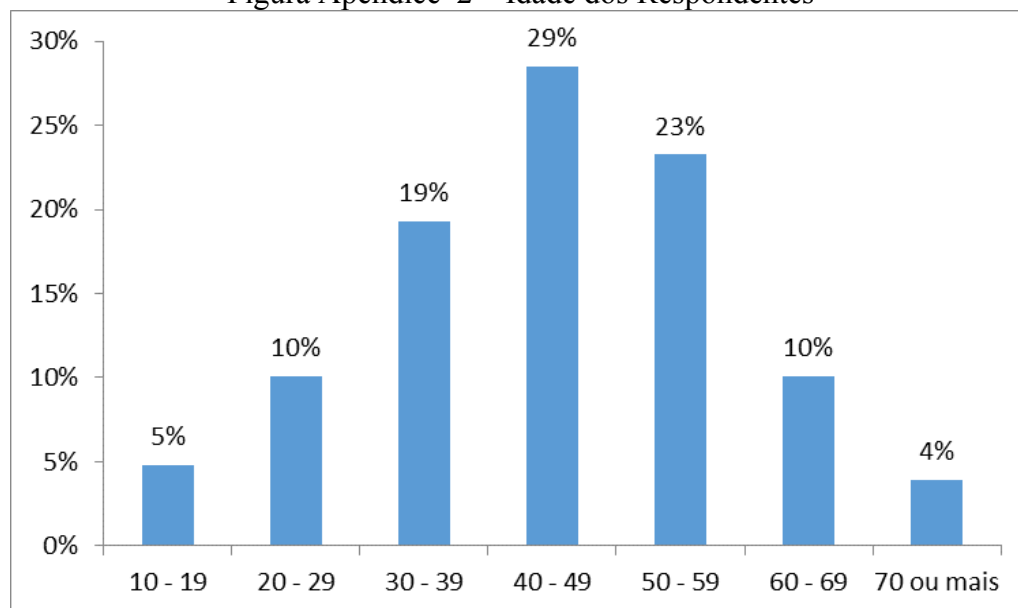
Figura Apêndice 2), com destaque para a faixa de 40 a 49 anos que somou quase um terço do universo da amostra (29%).

Figura Apêndice 1 – Sexo dos Respondentes



Fonte: elaboração própria

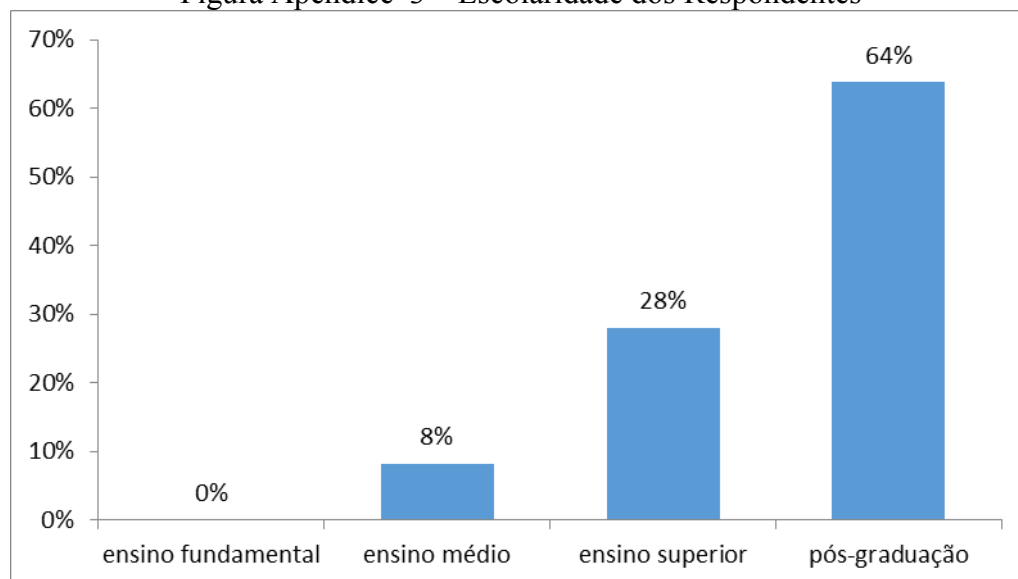
Figura Apêndice 2 – Idade dos Respondentes



Fonte: elaboração própria

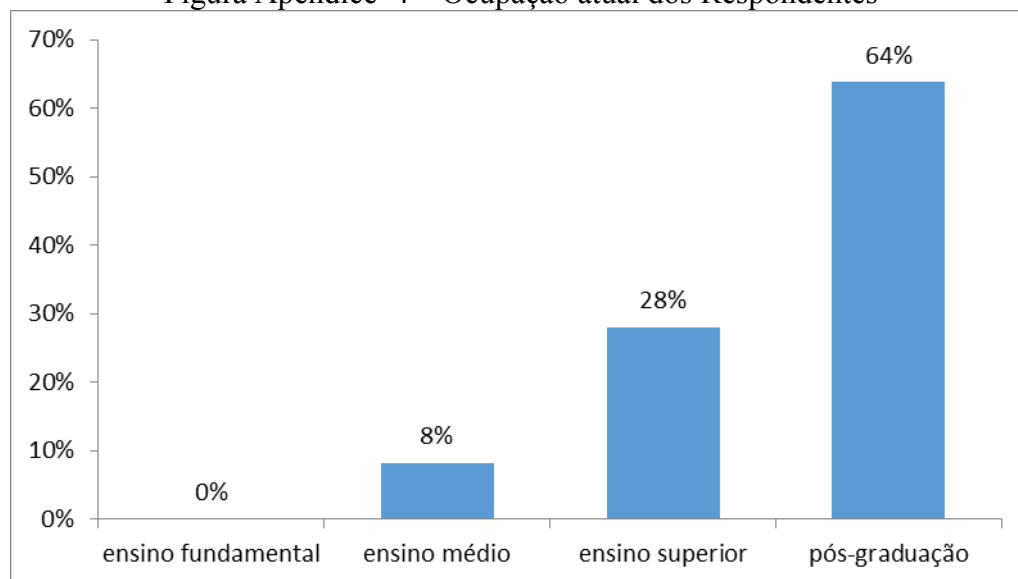
Com relação à escolaridade, 64% do total possuem pós-graduação e 28% o ensino superior, não tendo sido coletados dados de pessoas com apenas o ensino fundamental (Figura Apêndice 3). A ocupação dessas pessoas, em sua maioria, são empregadas (65%) e autônomas (23%), conforme se depreende na Figura Apêndice 4.

Figura Apêndice 3 – Escolaridade dos Respondentes



Fonte: elaboração própria

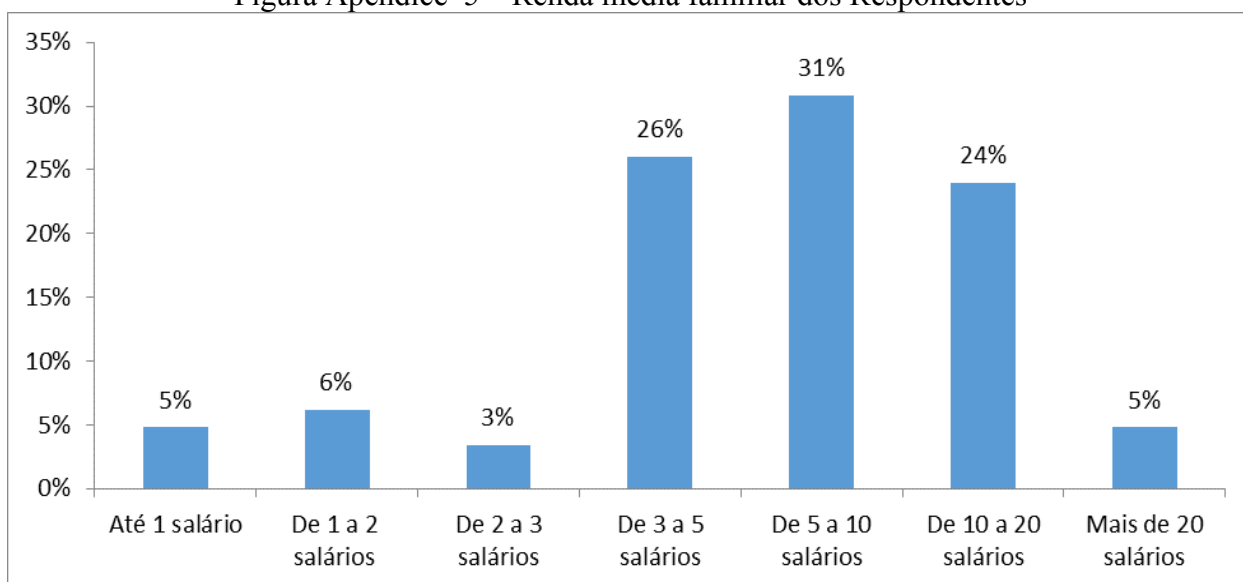
Figura Apêndice 4 – Ocupação atual dos Respondentes



Fonte: elaboração própria

Predominou entre os respondentes, pessoas com renda familiar entre 5 a 10 salários mínimos (Figura Apêndice 5).

Figura Apêndice 5 – Renda média familiar dos Respondentes

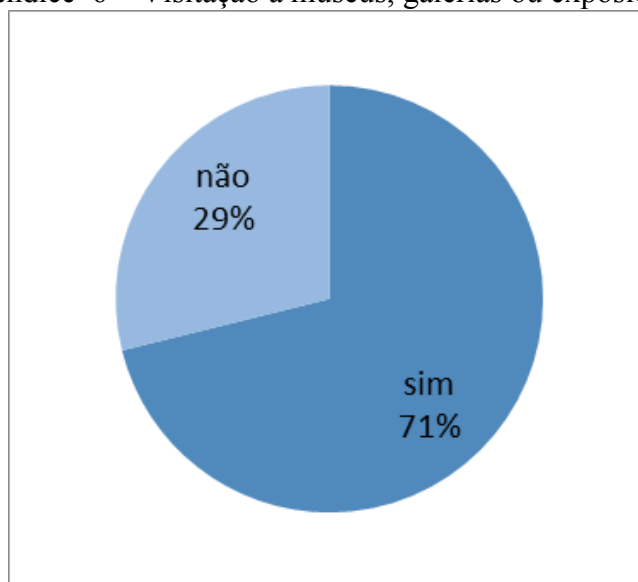


Fonte: elaboração própria

Para compreender os hábitos de consumo cultural dos respondentes, foi-lhes perguntado se costumam visitar museus, galerias ou exposições de artes (Figura Apêndice 6), sendo que a

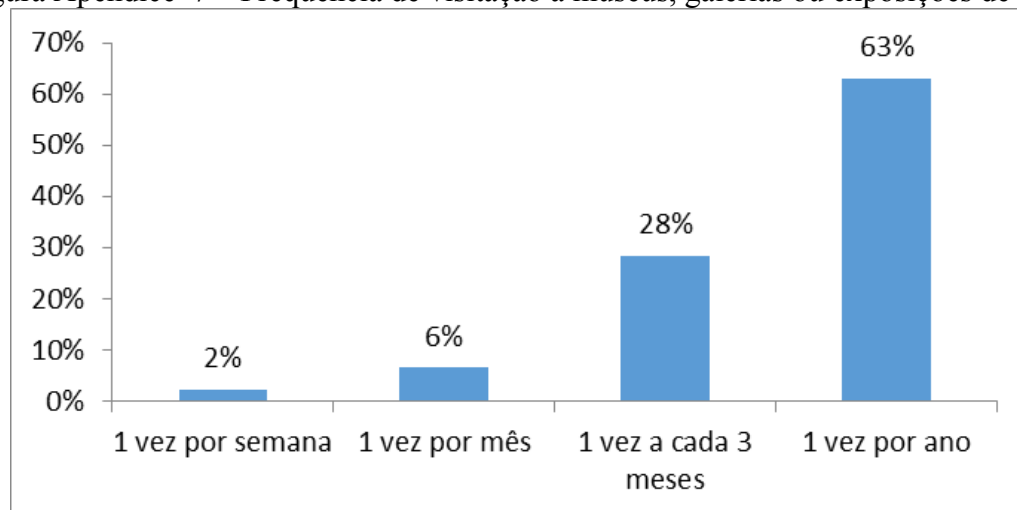
maioria respondeu “sim” (71%) e, na sequência, com qual frequência (Figura Apêndice 7), predominando uma vez ao ano (63%).

Figura Apêndice 6 – Visitação a museus, galerias ou exposições de artes



Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 7 – Frequência de visitação a museus, galerias ou exposições de artes



Fonte: elaboração própria

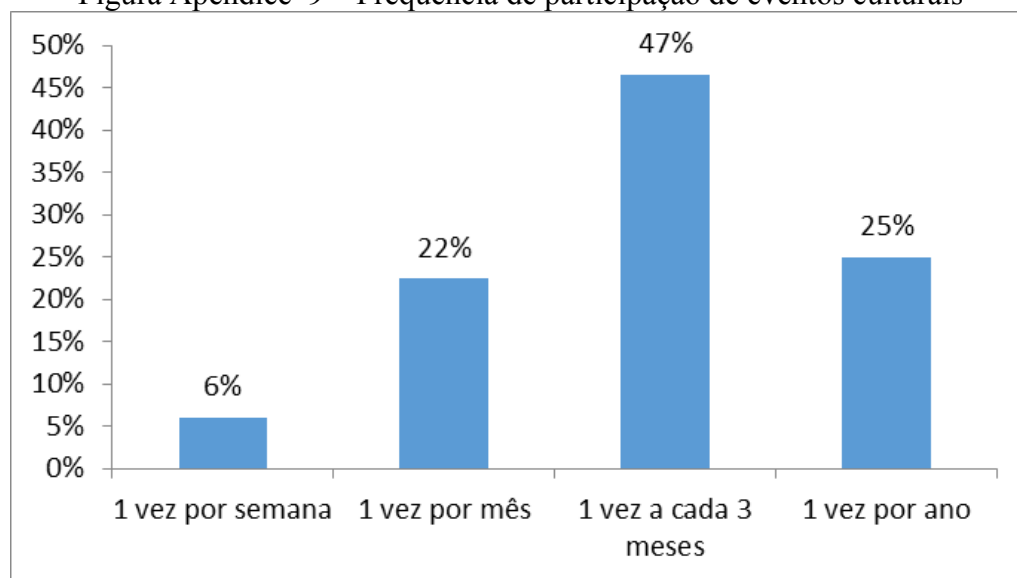
As pessoas foram também indagadas sobre a participação em eventos culturais, tais como teatros, concertos, shows, cinema, etc. (Figura Apêndice 8), sendo que a maioria respondeu “sim” (91%) e, na sequência, com qual frequência (Figura Apêndice 9), predominando uma vez a cada três meses (47%).

Figura Apêndice 8 – Participação de eventos culturais



Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 9 – Frequência de participação de eventos culturais

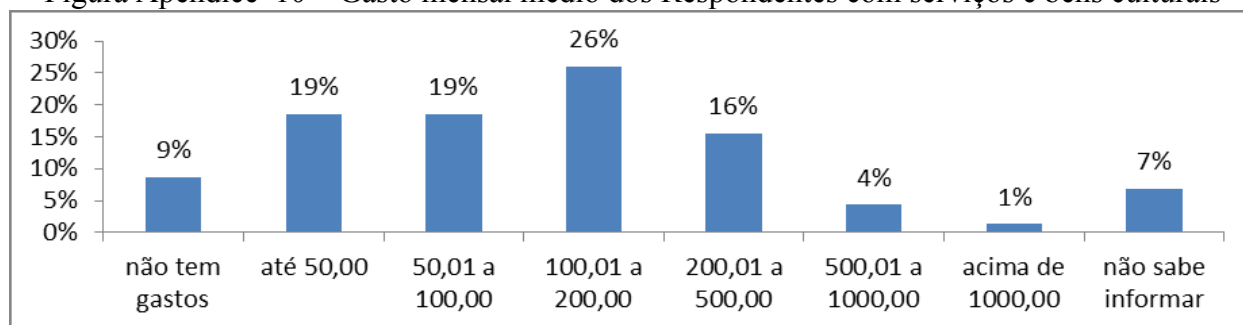


Fonte: elaboração própria

Quanto ao gasto mensal com bens e serviços culturais, tais como compra de ingressos em eventos culturais, visita a espaços culturais, aquisição de obras de arte, etc., os respondentes, em sua maioria, responderam destinar entre R\$ 100,01 a R\$ 200,00 (26%), observando-se que 9%

não possui gasto algum, procurando opções culturais de oferta gratuita e 7% não soube informar (Figura Apêndice 10).

Figura Apêndice 10 – Gasto mensal médio dos Respondentes com serviços e bens culturais

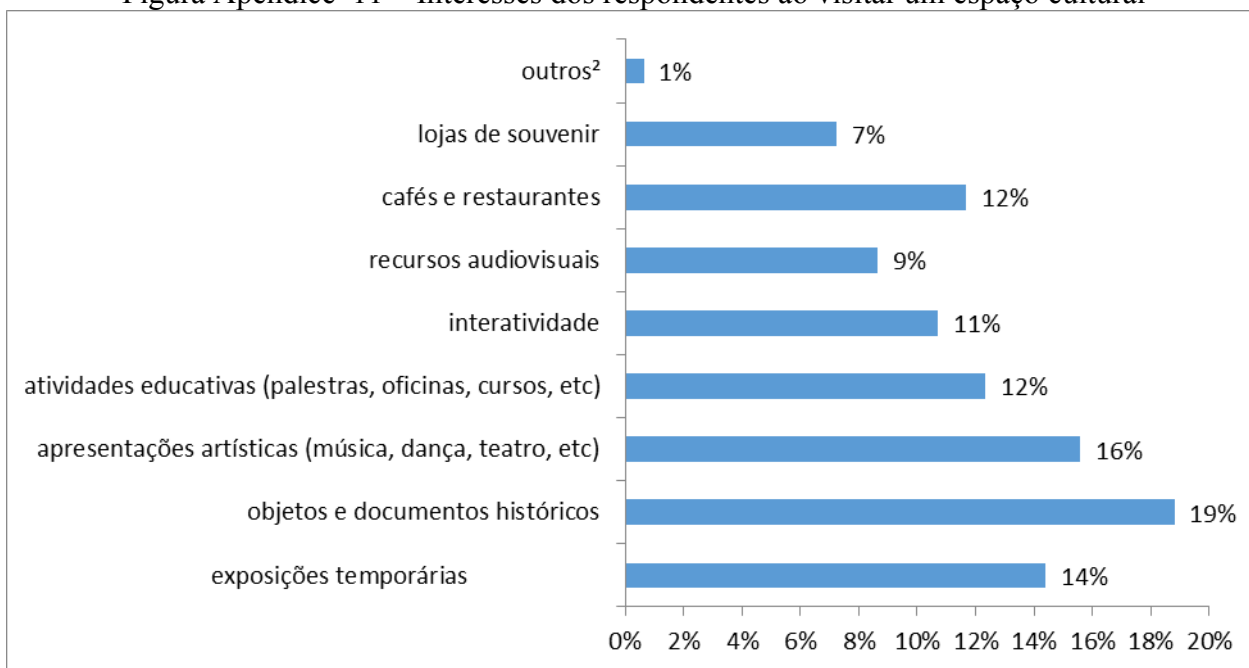


Fonte: elaboração própria

Os respondentes foram também questionados sobre o que mais apreciam ao visitar um espaço cultural, sendo listadas algumas opções – exposições temporárias, objetos e documentos históricos, apresentações artísticas (música, dança, teatro, etc.), atividades educativas (palestras, oficinas, cursos, etc.), interatividade, recursos audiovisuais, cafés e restaurantes, lojas de *souvenir* – sendo possível escolher mais de uma delas, além de um campo aberto para “outros”. Os resultados estão apresentados na Figura Apêndice 11, sendo que os respondentes se interessam, em sua maioria pelos objetos e documentos históricos (19%), seguido de apresentações artísticas (16%) e exposições temporárias (14%). Também foram mencionados pelos respondentes como de interesse as visitas mediadas/guiadas, a organização espacial, a apresentação da história local com seus pratos típicos, o patrimônio cultural material e imaterial e obras de artes visuais (telas, esculturas e instalações).

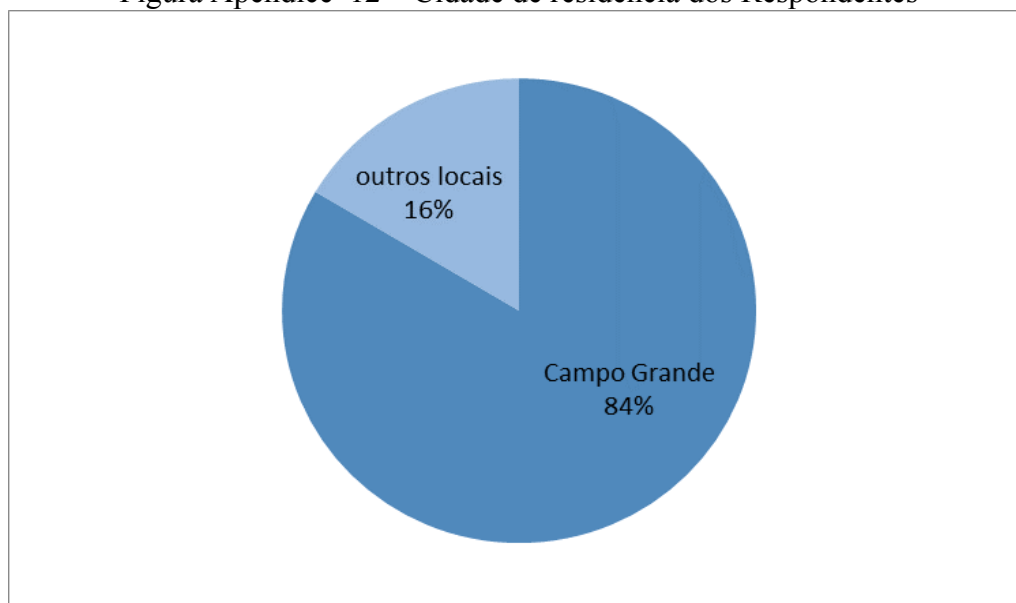
Dos respondentes, 84% residem em Campo Grande-MS e 16% em outras cidades do país (Figura Apêndice 12). Dos residentes em Campo Grande, 63% já visitaram o Museu José Antônio Pereira e 37% ainda não (Figura Apêndice 13), sendo que 10% sequer ouviram falar na existência do museu (Figura Apêndice 14). Quando se trata de residentes em outras localidades, apenas 13% visitaram o museu (Figura Apêndice 15) e apenas 39% ouviram falar sobre ele (Figura Apêndice 16).

Figura Apêndice 11 – Interesses dos respondentes ao visitar um espaço cultural



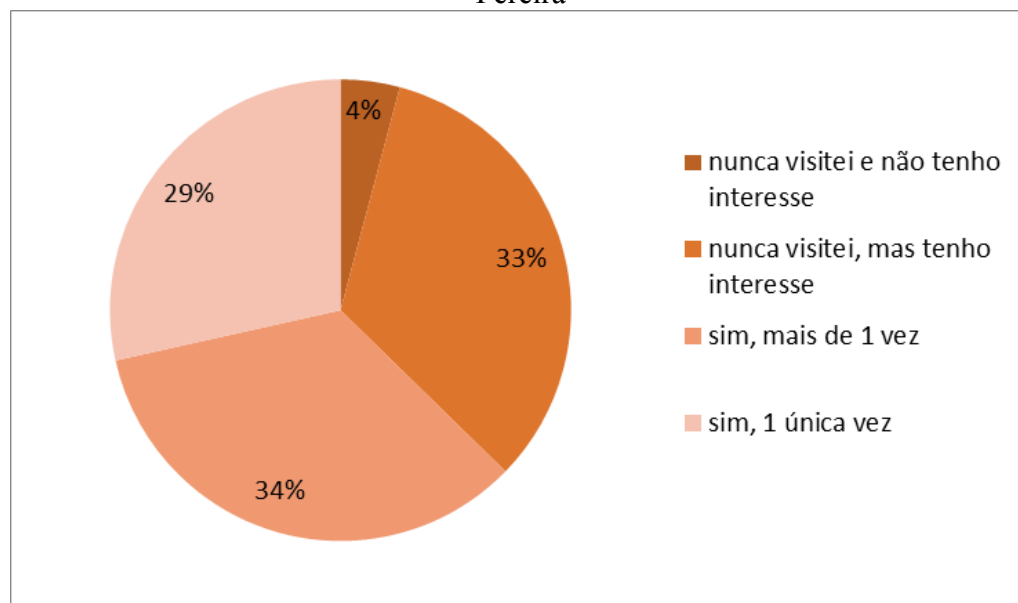
Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 12 – Cidade de residência dos Respondentes



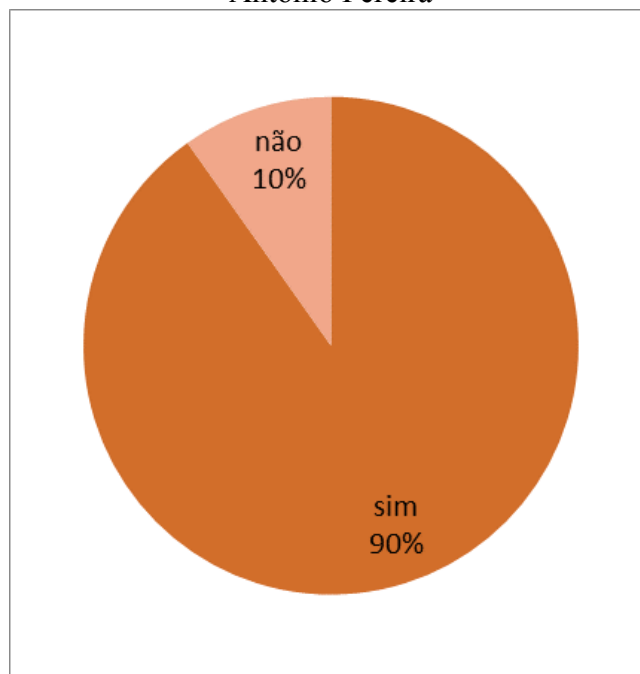
Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 13 – Residentes em Campo Grande-MS que já visitaram o Museu José Antônio Pereira



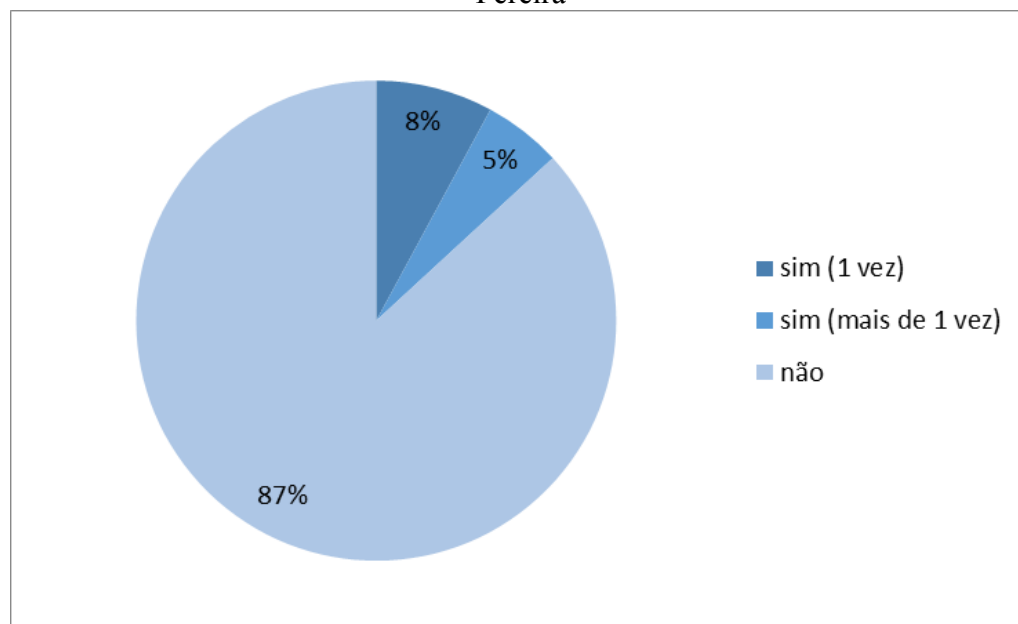
Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 14 – Residentes em Campo Grande-MS que já ouviram falar no Museu José Antônio Pereira



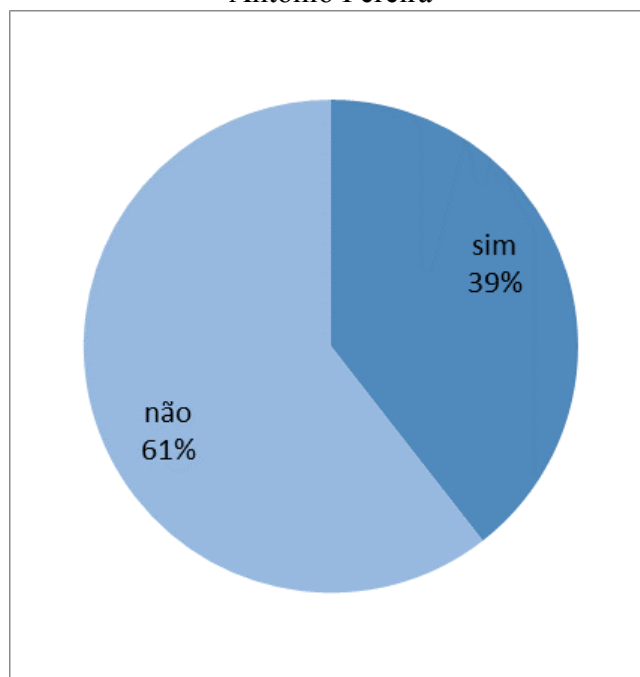
Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 15 – Residentes de outras localidades que já visitaram o Museu José Antônio Pereira



Fonte: elaboração própria

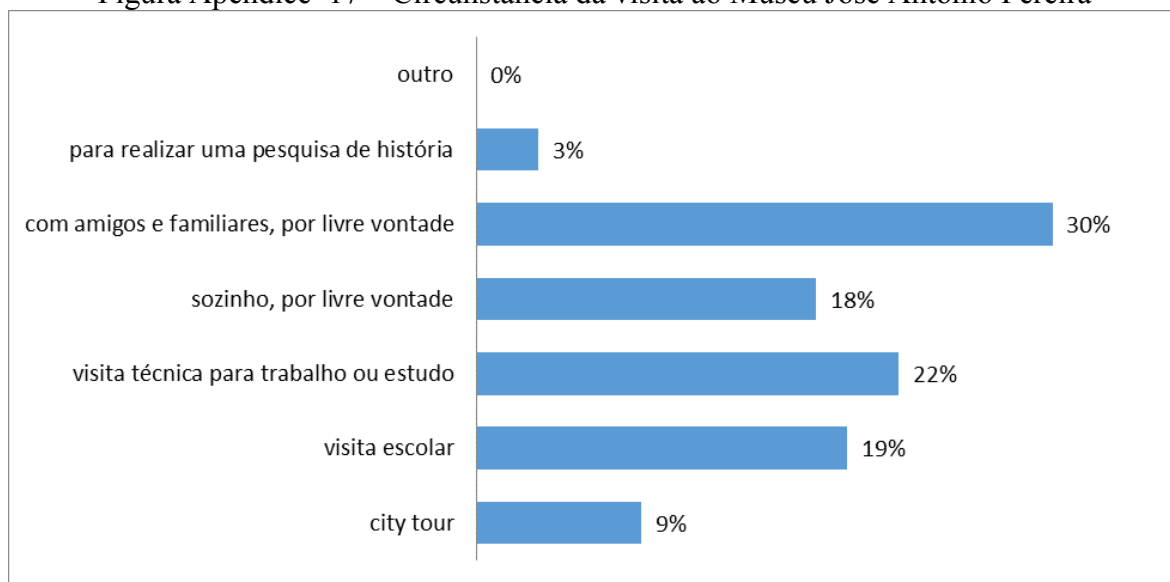
Figura Apêndice 16 – Residentes de outras localidades que já ouviram falar no Museu José Antônio Pereira



Fonte: elaboração própria

A pesquisa procurou compreender, dentre os visitantes do museu, em qual circunstância se deu a visita (Figura Apêndice 17), sendo que 30% visitaram o museu acompanhado de amigos ou familiares, por livre vontade.

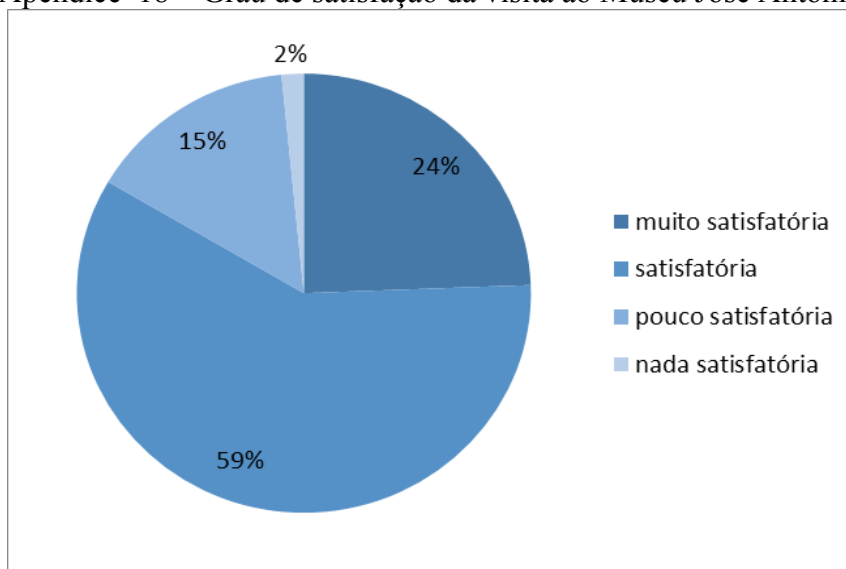
Figura Apêndice 17 – Circunstância da visita ao Museu José Antônio Pereira



Fonte: elaboração própria

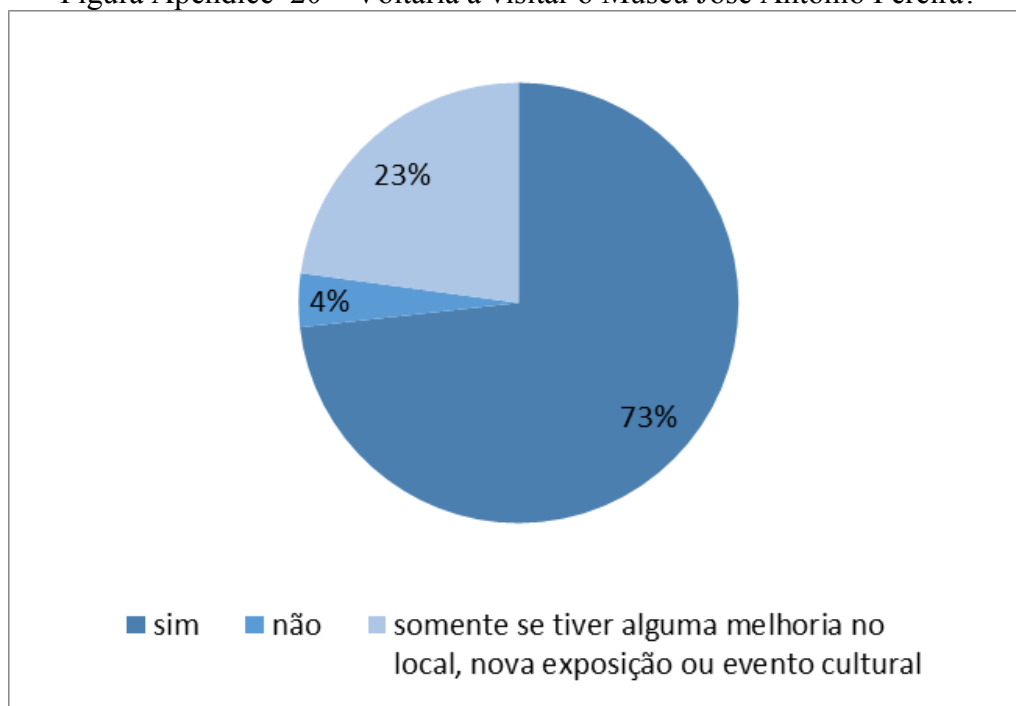
Sobre a experiência da visita realizada, 59% consideraram “satisfatória” e 24% “muito satisfatória” (Figura Apêndice 18), demonstrando o potencial que o museu possui.

Figura Apêndice 18 – Grau de satisfação da visita ao Museu José Antônio Pereira



Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 20 – Voltaria a visitar o Museu José Antônio Pereira?



Fonte: elaboração própria

Figura Apêndice 21 – Nuvem de palavras sobre o que poderia ser aprimorado no Museu José Antônio Pereira, na percepção dos visitantes

Fonte: elaboração própria, a partir da ferramenta online *Word Clouds*

APÊNDICE C – REGRESSÃO LINEAR

Tabela Apêndice 1 – Estimativa das variáveis explicativas de perfil socioeconômico

Dependent Variable: DAP

Method: Least Squares

Date: 02/04/23 Time: 13:46

Sample (adjusted): 1 52


Included observations: 52 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	33.53178	10.27962	3.261967	0.0021
SEXO	-5.551068	3.473518	-1.598111	0.1172
IDADE	0.224838	0.139273	1.614362	0.1136
RENDA	9.52E-05	0.000249	0.382045	0.7043
OCUP_AUTON	-11.20294	8.080644	-1.386392	0.1726
OCUP_EMPREG	-10.22314	7.311801	-1.398169	0.1691
ESC_POS	-10.75650	7.184143	-1.497256	0.1415
ESC_SUP	-13.45108	7.667615	-1.754272	0.0863
R-squared	0.157265	Mean dependent var		21.25000
Adjusted R-squared	0.023193	S.D. dependent var		11.16389
S.E. of regression	11.03366	Akaike info criterion		7.780417
Sum squared resid	5356.636	Schwarz criterion		8.080608
Log likelihood	-194.2908	Hannan-Quinn criter.		7.895503
F-statistic	1.172992	Durbin-Watson stat		1.529817
Prob(F-statistic)	0.337623			

Fonte: *EViews* 12 SV, elaboração própria

ANEXO A – Decreto de tombamento do Museu

66



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO DE TOMBAMENTO Nº 4.934, DE 20 DE ABRIL DE 1983

CONSIDERA PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
CAMPO GRANDE, O "MUSEU JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE A LEI LHE CONFERE E,
CONSIDERANDO QUE:

- A população de um Município em sua realidade vivencial,
através de ambientes e objetos, constrói sua história;
- O Museu José Antônio Pereira, é parte da memória histó
rica deste Município;
- O Museu José Antônio Pereira, é o único imóvel repre
sentativo, existente, da época da fundação de Campo Grande;
- O Museu José Antônio Pereira, é de grande importância
à cidade, por proporcionar fontes de estudos, pesquisas e turismo, reu
nindo no local um ponto de lazer Educativo-Cultural;
- A Prefeitura Municipal de Campo Grande, está preocupa
da em dar atenção especial para os planos que visam a preservação e valo
rização dos monumentos, paisagens e imóveis essenciais à constituição
histórica, através do Tombamento,

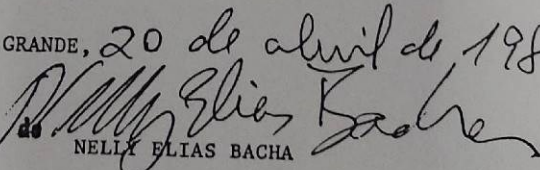
DECRETA:

Art. 1º - Fica sendo PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE,
o MUSEU JOSÉ ANTONIO PEREIRA, situado na Área A-14, resultante
do desmembramento da área B, parte do imóvel denominado: Fazen
da Bálamo e Lote Esquecido, neste Município, com 10.097.9461
metros quadrados.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposi
ções em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE, 20 de abril de 1983

Publicado no "DIÁRIO OFICIAL" do Estado de Mato Grosso do Sul, N.º 1.065 de 29/04/83


NELLY ELIAS BACHA
Prefeita Municipal

RGM/(DR. MODESTO)

ANEXO B - LEI DE DOAÇÃO DO MUSEU



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

LEI Nº 051 DE 1.6.66

Projeto 1248, de 17.05.65

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

D E C R E T A:

- ART. 1º- FICA O PREFEITO MUNICIPAL AUTORIZADO A RECEBER DO SR. EDUARDO CONTAR E ESPOSA, DA. CARLINDA PEREIRA CONTAR, UMA ÁREA DE 12 300 M2. (DOZE MIL TREZENTOS METROS QUADRADOS) DE TERRAS, NESTE MUNICÍPIO, PARTE DOS IMOVEIS "BALSAMO, COLONIAL E ESQUECIDO", ONDE SE ENCONTRA LOCALIZADA A ANTIGA MORADA DE JOSÉ ANTONIO PEREIRA E ANTONIO LUIZ PEREIRA.
- ART. 2º- A ÁREA DE QUE TRATA O ARTIGO ANTERIOR INTEGRARÁ AO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO, BEM COMO OUTRAS PERTENCENÇAS QUE SEJÃO RELACIONADOS E ENTREGUES A MUNICIPALIDADE PELA FAMÍLIA DO FUNDADOR DE CAMPO GRANDE.
- ART. 3º- A ÁREA DE QUE TRATA ESTA LEI SERÁ TRANSFORMADA EM PARQUE MUNICIPAL, DENOMINADO PARQUE JOSÉ ANTONIO PEREIRA.
- ART. 4º- FICA O CHEFE DO EXECUTIVO AUTORIZADO A ADIR CRÉDITO NO CORRENTE EXERCÍCIO, ATÉ A IMPORTÂNCIA DE CR\$ 5 000 000 (CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS), PARA ATENDER O INÍCIO DA INSTALAÇÃO DO PARQUE.
- ART. 5º- A PRESENTE LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO.
- ART. 6º- REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
A) ANTONIO MENDES CANALE.

PUBLICADO NO JORNAL "O MATOGROSSENSE" DE 21-6-66

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MT.

Carlos de
Antonio Luiz Pereira
Diretor de